

“Mais de cinco mil crianças mortas”

Lula: “Israel está cometendo vários atos de terrorismo”

Fabio Rodrigues Pozzebon



“Nunca vi uma violência tão desumana contra inocentes”, denunciou

Aos “setenta e oito anos de idade, eu já vi muita irracionalidade, muita brutalidade, mas eu nunca vi uma violência tão bruta, tão desumana contra inocentes”, denunciou o presidente Lula. “Se o Hamas cometeu um ato de terrorismo e fez o que fez, o Estado de Israel também está cometendo vários atos de terrorismo ao não levar em conta que as crianças não estão em guerra, que as mulheres não estão em guerra, ao não levar em conta que eles não estão matando soldados, eles estão matando crianças”, acrescentou. **P. 3**

HORA DO POVO
ANO XXXIV - Nº 3.932 22 a 28 de Novembro de 2023



Luara Baggi - MCTI



Brasil retoma as operações da fábrica de chips Ceitec

O Brasil retomou oficialmente as operações do Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada (Ceitec), empresa brasileira especializada na produção de chip, que estava paralisada há três anos, desde que foi colocada em liquidação por Bolsonaro. A cerimônia foi conduzida pela ministra da Ciência e Tecnologia Luciana Santos (foto). **Pág. 4**

Gleisi: “Apagão da Enel é um motivo a mais para União retomar Eletrobrás”

Presidente nacional do PT comentou a decisão do prefeito de São Paulo de pedir a cassação da Enel na cidade. “Privatizar serviços públicos é uma ideia que não dá certo em lugar nenhum, exceto para quem lucra com isso”. **Pág. 3**

Para Oreiro, ‘déficit zero’ é erro que Haddad não deveria insistir



Centenas de pacientes sob a mira de armas foram retirados do hospital, entre eles vários bebês e prematuros

Pacientes forçados por Israel a deixar hospital Al Shifa (Gaza)

Sob a mira de armas, o exército de ocupação israelense forçou no sábado (18) centenas de pacientes e a maior parte das equipes médicas a evacuarem o hospital Al Shifa, o maior e mais moderno de Gaza, tomado na quarta-feira, depois de cinco dias de ataques e cerco. “Os familiares foram forçados a carregar seus filhos feridos ou os próprios pais. Foram obrigados a levantar bandeiras brancas enquanto passavam em fila no meio de tanques e soldados e empurrados para uma rota onde corpos carbonizados estavam espalhados pelas ruas. São cenas horríveis, sem precedentes”, denunciaram médicos palestinos. Na quinta-feira, o exército ocupante realizou uma encenação no Al Shifa para dizer que ali era o comando central do Hamas, uma coisa tão mal feita, que mereceu reparos desde a BBC até o Jerusalem Post. **Pág. 7**

“O compromisso do Haddad não pode ser com o erro. Se ele errou em abril, com previsões otimistas e metas ambiciosas, pode rever agora. Porque credibilidade não é anunciar metas ambiciosas, mas é anunciar metas factíveis”, afirmou o economista José Luis Oreiro, professor da Universidade de Brasília (UnB). Para ele, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, deveria ter liderado a revisão da meta fiscal do ano que vem. “E quanto mais rápido ele resolver essa questão da meta do déficit zero, melhor será para ele e para o país”, acrescentou. **Página 2**

“Imposição ao Brasil de leis europeias não será aceita”

O ministro da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávaro, se somou ao presidente Lula e condenou as exigências ambientais europeias aos produtos brasileiros. “O Brasil tem legislação competente para legislar com relação a meio ambiente e produtores rurais. Não venham querer nos impor legislação, que isso fere inclusive a nossa soberania”, declarou o ministro. **P. 3**

Governo não faz proposta para recompor salário dos servidores

Entidades que representam os servidores públicos federais saíram mais uma vez de mãos abanando da última rodada de negociações com o governo federal em relação ao reajuste salarial dos servidores. Nenhuma proposta foi apresentada na quinta Mesa de Negociação, realizada dia 16, apesar do governo ter prometido trazer uma proposta de reajuste até o dia 15 de dezembro. **Pág. 5**



Nas bancas toda quarta e sexta-feira

Atividade econômica cai no 3º trimestre, diz BC

“O compromisso do Haddad não pode ser com o erro”, diz Oreiro

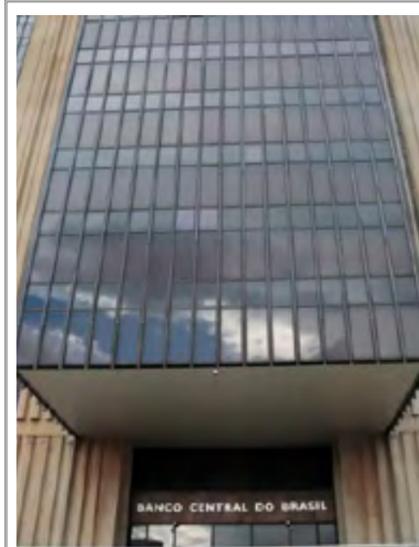


Foto: Reprodução/TV Senado

BC aponta queda do PIB no 3º trimestre

IBC-Br, considerado uma prévia do PIB, recuou 0,64% no período

A atividade econômica brasileira recuou -0,06% em setembro, após ter registrado uma queda de -0,77% no mês de agosto, segundo o Índice de Atividade Econômica (IBC-BR) do Banco Central, considerado uma “prévia” do Produto Interno Bruto (PIB), divulgado oficialmente pelo IBGE.

Com o segundo mês consecutivo em queda, a previsão para o PIB brasileiro, que corresponde à soma de todos os bens e serviços produzidos no país, ficou no vermelho no terceiro trimestre (jul/ago/set.) de 2023, ao marcar um recuo de -0,64%.

Em setembro, a produção industrial brasileira ficou estagnada, variando apenas 0,1% em relação a agosto. No ano, acumula queda de -0,2% e em doze meses ficou parada em 0,0%. As vendas no comércio varejista no país variaram 0,6% em setembro sobre agosto quando já havia caído -0,1%. O volume de serviços prestados no país recuou -0,3% frente ao mês anterior. Foi a segunda queda seguida, representando um resultado negativo acumulado de 1,6%. Todos os dados são do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Os cortes a conta-gotas de 0,5 ponto percentual na taxa de juros Selic pelo BC estão se demonstrando insuficientes para liberar as travas que a autoridade monetária colocou na demanda de bens e serviços e na oferta de crédito nos últimos anos, como destaca o próprio Comitê de Política Monetária (Copom) do BC, em sua última reunião.

“Em relação ao cenário doméstico, o conjunto dos indicadores de atividade econômica segue consistente com o cenário de desaceleração da economia nos próximos trimestres antecipado pelo Copom”, disse trecho do comunicado, em que a diretoria do BC reconhece que a inflação no Brasil continua na sua trajetória de desinflação, mas, mesmo assim, não vai acelerar os cortes na Selic.

Com a Selic em 12,25% ao ano, após ter ficado por 12 meses em 13,75% (de agosto de 2022 a agosto de 2023), o Brasil segue sendo o campeão mundial na cobrança de juros reais (descontado a inflação), já que a inflação vem desacelerando, conforme dados do IBGE.

Os juros altos impõem restrições à economia brasileira, reduzindo os investimentos das empresas e o consumo das famílias, além de agravar as dívidas de empresas e famílias, além do setor público (governo central, Estado, municípios e estaduais), que pagou de juros R\$ 699,7 bilhões no acumulado dos últimos doze meses (até setembro).

Sem demanda e com os juros em níveis elevados, crescem os pedidos de recuperação judicial e de falência. De acordo com a Serasa Experian, em setembro, 6,59 milhões de empresas estavam inadimplentes no país.



Para o economista José Luis Oreiro, ministro deve apresentar “metas factíveis”

Ao invés de acelerar a queda dos juros, Campos Neto segue metendo o bedelho onde não deve

Presidente do BC voltou a ameaçar com alta de juros se o governo promover investimentos no crescimento do país, abrindo fábricas, escolas, hospitais e criando empregos. O chupim quer apenas cevar os parasitas

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, volta a dar palpites em assuntos que não são da sua alçada. Voltou a pressionar o governo para fazer cortes nos serviços públicos, não fazer os investimentos que o país precisa e arrochar os salários dos servidores da União.

Ele fez essas ameaças ao Brasil nesta sexta-feira (17) durante evento “E agora, Brasil?”, realizado pelos jornais O Globo e Valor Econômico.

O serviço dos bancos associou a revisão da meta de zerar o déficit primário em 2024, pretendido pelo presidente Lula, ao abandono do marco fiscal, sancionado pelo presidente. Pura demagogia. Qualquer estudante de economia – até de ensino à distância – sabe que o país só terá estabilidade fiscal com crescimento.

Ao invés de acelerar a queda dos juros, catapultados à lua por ele e que estão arrasando a economia do país e estrangulando a sociedade e o setor produtivo, fica palpitando sobre a área fiscal que não é de sua competência.

O defensor da agiotagem fala em corte dos gastos públicos, mas mantém o país com o maior juro real do mundo, provocando um gasto anual descomunal, de cerca de R\$ 800 bilhões, somente com o pagamento de juros aos rentistas, ou seja, para regar meia dúzia de agiotas e parasitas que vivem pendurados nos títulos públicos.

Mais precisamente, em doze meses até agosto, a União, estados e municípios transferiram R\$ 689,4 bilhões para pagamento de juros a bancos. São 113,8 bilhões, quase 20%, a mais, com as despesas de juros no mesmo período do ano passado, ou R\$ 575,6 bilhões. São recursos que deixam de ser investidos em saúde, educação, obras de infraestrutura, segurança pública, entre outros bens e serviços ao cidadão. A redução dos juros propiciaria uma redução drástica desses gastos públicos.

Ao invés de fazer o seu dever de casa, ou seja, reduzir mais rapidamente a taxa de juros e parar de estrangular a economia, Campos Neto faz chantagem contra o governo e ameaça novas elevações na Selic (taxa básica de juros). Disse que o governo é responsável pela realização da política fiscal, mas que o Banco Central acompanha as expectativas futuras do mercado – como juros e inflação – para a política monetária. Claramente, uma intromissão em assuntos que não são seus.

“Se os agentes econômicos começarem a entender que o fiscal tem uma trajetória de piora bem maior, pode ser que isso, em al-



Foto: Fabio Rodrigues Pozzebom/ABR

Campos Neto, presidente do Banco Central

gum momento, impacte as expectativas de inflação, de câmbio e juros futuros. E aí, sim, vai impactar a nossa função reação”, disse o presidente do BC. Ou seja, ou o governo anuncia que vai cortar os investimentos, fechar hospitais e escolas ou o humor e as expectativas dos especuladores vai mudar.

O juro real no Brasil está acima de 7%. Além de sangrar os recursos do orçamento da União, com esses encargos, não há quem arrisque investir no setor produtivo. O retorno do setor produtivo na grande maioria das vezes é menor do que 7% da agiotagem praticada pelo BC. Nesse cenário, o investidor prefere receber os 7% de juros especulando com os títulos do governo do que empreendendo.

Essa política suicida está agravando a desindustrialização do país e mantendo a economia estagnada, estando completamente em desacordo com as perspectivas de crescimento econômico anunciadas pelo presidente Lula e sua equipe.

O objetivo é dar garantia total aos banqueiros de que eles vão continuar auferindo lucros estratosféricos na compra e venda dos títulos públicos. Os parasitas só pensam em como ganhar mais e mais rápido. “Se fez o arcabouço [fiscal], lutou por ele [marco fiscal], teve um trabalho de convencimento no Legislativo e comunicação com a sociedade e no 1º sinal de desafio o abandona, haverá uma dificuldade das pessoas em estimar quais são os números futuros”, declarou Campos Neto.

Para ele, se Lula prometeu aos brasileiros investir na retomada do crescimento do país em abrir escolas, universidades, hospitais, criar empregos, melhorar salários e extinguir a fome, criando com isso uma grande expectativa, ele não precisa cumprir essas promessas porque, para Campos Neto, essa expectativa do povo não tem a menor importância. O que conta para ele é o que querem os barões da Faria Lima, de Wall Street e de

“E quanto mais rápido ele resolver essa questão da meta do déficit zero, melhor será para ele e para o país”, acrescentou o economista e professor da UNB

O economista José Luis Oreiro, professor da Universidade de Brasília (UnB), opinou, em reportagem com outros economistas, no jornal Correio Braziliense desta quinta-feira (16), que o ministro da Fazenda Fernando Haddad deveria ter liderado a revisão da meta fiscal do ano que vem.

O prazo para envio de propostas ao PLDO (Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias) de 2024, termina na sexta-feira (17). Como o governo não sinalizou para a mudança, crescem as chances da mudança da meta fiscal ficar somente para o primeiro trimestre do ano que vem. Também pode ocorrer da meta ser alterada por iniciativa do Congresso. Essas opções foram alvo de crítica do economista da UNB.

Ele disse acreditar que, diante da frustração de receitas ao longo desse ano e da evidente sinalização de que o governo não vai cortar gastos em 2024, Haddad deveria assumir a dianteira e apresentar parâmetros mais condizentes com a realidade atual.

“Haddad é o ministro. Por isso, a liderança dessa discussão tem que ficar com ele. E quanto mais rápido ele resolver essa questão da meta do déficit zero, melhor será para ele e para o país”, argumentou o economista e professor da UNB.

Oreiro criticou a opção de deixar a alteração da meta fiscal somente para o ano que vem, quando for apresentado o relatório de receitas e despesas do primeiro bimestre de 2024. O ideal, para o economista, seria que a equipe econômica revisse a meta agora

e deixasse explícito qual o cenário econômico com o qual o governo trabalha.

“O compromisso do Haddad não pode ser com o erro. Se ele errou em abril, com previsões otimistas e metas ambiciosas, pode rever agora. Porque credibilidade não é anunciar metas ambiciosas, mas é anunciar metas factíveis”, completou Oreiro.

INVESTIMENTOS

Na semana passada um manifesto de economistas criticou a meta de déficit zero no ano que vem apresentada por Fernando Haddad. “No atual cenário econômico, torna-se imprescindível a priorização do investimento em obras e serviços públicos essenciais e dos programas sociais, em detrimento de uma adesão rígida e dogmática a metas de resultado primário irrealistas”, afirmam economistas em manifesto.

No documento, eles rejeitam metas “inatingíveis e contracionistas” que levarão, na prática, a “cortes e contenções de recursos para investimentos”. O documento foi assinado por mais de 45 economistas, em sua maioria da Unicamp, USP e PUC-SP.

“Defendemos uma abordagem fiscal e orçamentária que esteja alinhada com os objetivos de promover o bem-estar social, a justiça econômica e o desenvolvimento sustentável. Rejeitamos metas potencialmente inatingíveis e contracionistas que conduzam a cortes e contenções de recursos para investimentos e políticas sociais e demais políticas públicas, desacelerando a economia e exacerbando as desigualdades”, diz trecho do manifesto.

Mercadante quer acordo com Tesouro e defende recursos do BNDES para os investimentos

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) desembolsou R\$ 34,8 bilhões no terceiro trimestre de 2023, um crescimento de 18,4% frente ao mesmo período de 2022. Os resultados do banco foram anunciados na sexta-feira (17) em coletiva à imprensa pelo presidente da instituição, Aloizio Mercadante.

Questionado sobre a devolução de recursos ao Tesouro, Mercadante manifestou que espera que o Tribunal de Contas da União dê o aval para o acordo firmado entre o BNDES e o Ministério da Fazenda. “Se tiver que fazer uma antecipação de R\$ 22,6 bilhões agora, isso vai impactar a liquidez do banco. Nós teríamos que retardar aprovações e cortar desembolso”, afirmou na coletiva.

Dos R\$ 440,8 bilhões captados junto ao Tesouro Nacional, o BNDES realizou o pagamento regular (dívida principal e juros) de R\$ 148,97 bilhões e a liquidação antecipada de R\$ 544,30 bilhões, tendo já devolvido ao Tesouro um total de R\$ 693,17 bilhões.

Em relação aos R\$ 22,6 bilhões restantes, o BNDES e o Ministério da Fazenda chegaram a um acordo em que a devolução ocorreria de modo que não houvesse desassentamento entre as operações já realizadas pelo Banco e a devolução dos valores finais, em oito parcelas até 2030.

O acordo ainda depende de homologação do Tribunal de Contas da União, segundo nota divulgada pelo banco no dia 14 deste mês, após unidade técnica do tribunal manifestar restrição ao acordo.

“Nós temos, por exemplo, R\$ 19,4 bilhões para governadores. Faz sentido o país parar metrô, estrada, investimentos estruturantes do governo do estado, para fazer uma antecipação que não tem nenhum

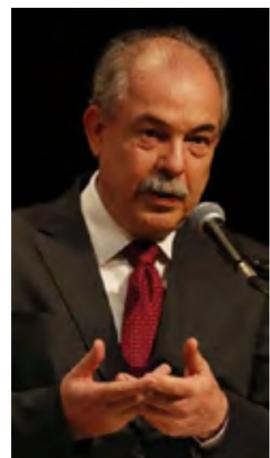


Foto: Agência Brasil

Presidente do BNDES

impacto para o orçamento público? Isso não contribui com o superávit primário”, disse Mercadante.

“Os governadores precisam usar a capacidade de endividamento neste ano. Não podem passar para o ano que vem. Eles perdem esse financiamento e esse investimento”, alertou o presidente do BNDES.

Mercadante enfatizou, durante a coletiva, que “o Brasil precisa crescer” e que o país precisa de crédito. “É fundamental ter crédito. A economia está desacelerando e o BNDES tem um papel fundamental para fazer uma política no sentido contrário”, declarou.

“Apesar da queda tardia da taxa Selic, ainda estamos com a maior taxa de juros reais do mundo. São 6,9% de juros reais. Todo esse resultado que conseguimos aqui foi enfrentando a maior taxa de juros reais”, enfatizou.

Leia mais: <https://horadopovo.com.br/mercadante-defende-acordo-com-tesouro-e-quer-recursos-do-bndes-usados-em-investimentos/>

Escreva para o HP

horadopovo@horadopovo.com.br

HP

HORA DO POVO
é uma publicação do
Instituto Nacional de
Comunicação 24 de agosto
Rua Mazzini, 177
Cambuci - CEP: 01528-000
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@gmail.com
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hprj@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 - E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovo@yahoo.com.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barros/Passagem Ana Deusa, 140 Curió-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823
Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br



Deputada federal e presidente nacional do PT

“Apagão da Enel é mais um motivo para a União retomar a Eletrobrás”, afirma Gleisi

“Até privatistas de carteirinha, como o prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes [MDB], estão pedindo a anulação do processo que entregou o fornecimento de energia à Enel, responsável pelo maior apagão da história”, escreveu a presidente do PT, deputada Gleisi Hoffmann (PR), no X, antigo Twitter.

“Privatizar serviços públicos é uma ideia que não dá certo em lugar nenhum, exceto para quem lucra com isso.”

“Mais um motivo para a União retomar o controle da Eletrobrás. O Brasil precisa crescer, não pode ficar à mercê de interesses privados num setor estratégico como o de energia”, completou a deputada.

Deputada faz referência aos apagões, nas últimas semanas, em São Paulo, ocasionados pela gestão da Enel sobre o sistema de distribuição de eletricidade na capital paulista.

O aspecto mais relevante deste post da deputada é apontar que setores estratégicos da economia nacional não podem ficar nas mãos de “interesses privados”.

PRIVATIZAÇÃO DA ELETROBRÁS

A privatização da Eletrobrás foi concluída em junho de 2022, por meio de medida provisória. A época, o governo do então presidente Jair Bolsonaro (PL) ofereceu ações da estatal na bolsa de valores, fazendo com que a União deixasse de ser a acionista controladora.

Mesmo tendo mais de 40% das ações ordinárias da Eletrobras, devido à lei de desestatização da empresa, o poder de voto do governo ficou limitado a 10%.

AÇÕES COM O PODER PÚBLICO

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) excluiu, em agosto, do PND (Programa Nacional de Desestatização), as ações da Eletrobrás que ainda estão em posse do governo — ou seja, não foram ofertadas aos investidores privados.

A medida foi publicada em edição do DOU (Diário Oficial da União), de 17 de agosto.

O decreto também revoga a qualificação das participações acionárias remanescentes de emissão da Eletrobrás do PPI (Programa de Parcerias de Investimentos).

Na prática, isso significa que o governo deseja manter a posse das ações da estatal. Atualmente, o poder público tem cerca de 42% das ações ordinárias da Eletrobrás

“Israel pratica atos de terrorismo”, afirma Lula

Fotos: Ricardo Stuckert/PR



Presidente recebeu os brasileiros vindos de Gaza no aeroporto de Brasília na segunda

“Imposição de leis ambientais europeias ao Brasil não será aceita”, diz Fávoro

O ministro da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávaro, se somou ao presidente Lula e condenou as exigências ambientais europeias aos produtos brasileiros. Essas exigências são vistas como formas disfarçadas de impedir a entrada de produtos brasileiros no velho continente.

Fávoro disse que a lei de combate ao desmatamento da UE (União Europeia) não deve ser imposta ao Brasil porque ela fere a soberania do país. A declaração foi feita em entrevista ao jornal Folha de S. Paulo na quarta-feira (15)

depois do 29º Encafé (Encontro Nacional da Indústria de Café).

“O Brasil tem legislação competente para legislar com relação a meio ambiente e produtores rurais. Não venham querer nos impor legislação, que isso fere inclusive a nossa soberania”, declarou o ministro.

O ministro defendeu também que a rejeição à imposição de normas ambientais deve ser tratada como “cláusula pétreia” no acordo Mercosul-UE.

“Se querem uma boa vizinhança, uma boa parceria e grandes oportunidades com o Brasil,

tirem isso da mesa”, disse Fávaro, acrescentando que a imposição da lei ao Brasil poderá dificultar o firmamento de acordo entre os blocos econômicos e as relações comerciais.

O Regulamento da União Europeia para Produtos Livres de desmatamento proibe importação de itens oriundos de áreas de desmatamento identificadas até dezembro de 2020. A lei entra em vigência em janeiro de 2025. O presidente Lula tem afirmado de forma contundente que não aceita essas imposições feitas pelos europeus ao Brasil.

Bolsonaristas pró-massacre de civis palestinos ameaçam os brasileiros repatriados de Gaza

O Ministério da Justiça e Segurança Pública vai determinar à Polícia Federal que investigue as ameaças feitas aos brasileiros que estavam na Faixa de Gaza e foram repatriados pelo Brasil no início desta semana. A informação é de Mônica Bérnago, colunista da Folha de S. Paulo.

Grupos fascistas e apoiadores do massacre da população civil de Gaza por Israel estão ameaçando os brasileiros que foram trazidos de volta pelo governo do presidente Lula. A defesa de Hasan Rabee, um dos integrantes do grupo de repatriados, relata que apenas ele já recebeu mais de 200 mensagens de diferentes grupos de extrema direita desde que chegou ao país.

A decisão do Ministério da Justiça foi tomada nesta quinta-feira (16) pela Secretaria Nacional de Justiça, comandada por Augusto de Arruda Botelho e coordena a operação de acolhimento do grupo. A pasta diz que “as denúncias estão sendo apuradas e serão encaminhadas para a

investigação da Polícia Federal”.

Ameaças de morte, calúnia e injúria racial foram alguns dos conteúdos identificados, segundo a advogada Talitha Camargo da Fonseca, representante de Hasan.

“Vagabundo safado, deu um pau se eu te encontrar na rua”, diz uma das mensagens enviadas a Hassan e compartilhadas com o Ministério dos Direitos Humanos. “Terrorista filha da p*, espero que você não venha para Florianópolis, seu m*”, “volte pra lá [Faixa de Gaza] e agunte as consequências”, “não queremos terroristas no Brasil”, “vaza lixo terrorista”, afirmam outras.

A defesa de Hasan disse que irá processar todos aqueles que o procuraram por meio de suas redes para atacá-lo e ameaçá-lo.

A deputada Carla Zambelli também deverá ser acionada na Justiça. De acordo com a advogada, muitos dos perfis que dispararam os ataques aparentam ser reais, e não de robôs ou de contas falsas.

Empresas privatizadas de energia deixam o Rio de Janeiro às escuras, denuncia Jandira Feghali

Moradores da comunidade estão sem energia há mais de uma semana. De acordo com relatos, a situação é alarmante e a falta de luz persiste na maior parte da comunidade.

Segundo o pretexto da Light, as ocorrências são provocadas pela sobrecarga na rede elétrica devido ao alto índice de ligações clandestinas.

Na última quinta-feira (16), os moradores fecharam a Autoestrada Lagoa-Barra, em ambos

os sentidos, por quase duas horas, em forma de protesto.

Por meio das redes sociais, a associação de moradores da comunidade informou que a quantidade de localidades sem energia está cada vez maior. No comunicado está escrito ainda que a região nunca viveu cenário tão preocupante como o atual.

“Infelizmente, estamos com postes pegando fogo e explosões de transformadores. O que está ruim

tende a piorar, a Rocinha pede socorro”, finaliza documento dos moradores.

De acordo com o vice-presidente da associação de moradores da comunidade, Marcondy Ximenes, 17 pontos da região seguem sem energia.

“É o meu terceiro ano nesse enfrentamento e conheço todos os cenários, e eu nunca vi uma situação dessa. Ontem [quinta-feira (16)] eu dormi com 15 localidades sem energia e acordei com 17”, criticou.

“Mais de 5 mil crianças, mais de 1,5 mil crianças desaparecidas que certamente estão no meio dos escombros”, disse o presidente ao receber 32 brasileiros resgatados do inferno da Faixa de Gaza

O avião presidencial trazendo os brasileiros resgatados de Gaza pousou em Brasília na segunda-feira (13) às 23h24.

O grupo de 32 pessoas foi recebido pelo presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, além dos ministros das Relações Exteriores, Mauro Vieira, e da Secretaria de Comunicação Social, Paulo Pimenta.

Os brasileiros enviaram várias mensagens de Gaza descrevendo o horror vivido pela população civil, que está sob intenso bombardeio da ditadura israelense.

Lula felicitou os brasileiros e disse que “a chegada desse 10º avião com repatriados brasileiros e palestinos a gente deve ao trabalho excepcional de várias áreas do governo, deve a Aeronáutica brasileira, deve sobretudo ao ministro das Relações Exteriores, que fez um trabalho excepcional, sobretudo quando assumiu a presidência do Conselho de Segurança da ONU, em suma a todo o Estado brasileiro”, disse o presidente.

“Aos setenta e oito anos de idade, eu já vi muita irracionalidade, muita brutalidade, mas eu nunca vi uma violência tão bruta, tão desumana contra inocentes”, denunciou Lula.

“Se o Hamas cometeu um ato de terrorismo e fez o que fez, o Estado de Israel também está cometendo vários atos de terrorismo ao não levar em conta que as crianças não estão em guerra, que as mulheres não estão em guerra, ao não levar em conta que eles não estão matando soldados, eles estão matando crianças”, acrescentou.

“Mais de 5 mil crianças, mais de 1,5 mil crianças desaparecidas que certamente estão no meio dos escombros. E depois a destruição de coisas que as pessoas levam décadas para construir, uma casa, uma rua, um prédio, uma escola, um hospital. Uma simples bomba detona aquilo tudo sem ninguém assumir responsabilidade”, apontou Lula.

O presidente destacou que “hoje é um dia de felicidade pela volta das 32 famílias que já viveram em paz, sabem o que é a paz e não querem viver naquele inferno desses últimos 37 dias”. “Mas nos vamos continuar brigando pela paz”, afirmou.

“Vamos pedir ao presidente Xi Jinping, que está presidindo o Conselho de Segurança, para cobrar dos países um tratamento com afeto com crianças, com mulheres, com gente que está no hospital”, prosseguiu, defendendo o direito dos palestinos construírem o seu país.

Ele falou com o brasileiro Hasan Rabee, morador de São Paulo, que estava em Gaza para um casamento da irmã quando o conflito começou. Ele fez várias denúncias da matança indiscriminada de Israel em Gaza. Lula disse que tinha falado com ele e prometido que os tiraria de lá. Hasan agradeceu ao presidente, ao Itamaraty e à Força Aérea Brasileira. Ele disse que “foram 37 dias de muito sofrimento”.

Hasan relatou que o que está acontecendo lá “na verdade é um massacre, as bombas caem em todos os lados, minhas filhas ficaram muito angustiadas”. “Mentíamos para elas dizendo que eram fogos de festas mas não deu para segurar muito tempo”, afirmou o brasileiro resgatado. Ele pediu ao presidente para trazer a mãe e a irmã que ficaram presas em Gaza.

O grupo foi excluído de seis listas elaboradas pelo governo de Israel e pessoas que receberam autorização para deixar a região. A angústia foi muito grande porque o regime israelense deixou mais de dois milhões de palestinos sem água, sem comida, sem energia elétrica, sem remédios e sob os bombardeios. A ONU alertou no sábado que uma criança estava morrendo a cada dez minutos em Gaza.

Desde o início da agressão de Israel contra os palestinos,

o governo do Brasil entrou em contato com os brasileiros que estavam em Gaza e que manifestaram vontade de sair de lá, para fugir do conflito. Os bombardeios em Gaza começaram no dia 8 de outubro. Desde então, a diplomacia brasileira iniciou a operação para trazer o grupo de volta. Primeiro, o Itamaraty organizou um deslocamento dos brasileiros do Norte para o Sul de Gaza, onde poderiam passar para a fronteira com o Egito.

Além de 22 cidadãos brasileiros (natos ou naturalizados), há 10 palestinos — três parentes de primeiro grau de brasileiros, e sete portadores do Registro Nacional de Migração (RNM) que devem receber status de refugiados. Eles estavam no Sul da Faixa de Gaza, nas cidades de Khan Younis e Rafah. A saída de Gaza começou na manhã deste domingo (12), quando o grupo se deslocou para o controle migratório palestino da região. Depois, de acordo com informações do Itamaraty, os brasileiros saíram do local e seguiram para a estação do Egito (2 km de percurso de ônibus).

No Egito eles foram recepcionados pela equipe da embaixada do Brasil no Cairo e submetidos aos trâmites migratórios de entrada naquele país. Após passar pela imigração, os brasileiros almoçaram e depois seguiram viagem para o Cairo, capital do Egito. O transporte foi feito em veículos contratados pela embaixada do Brasil no Egito e durou cerca de seis horas.

O ministro de Comunicação Social, Paulo Pimenta, informou que entre os passageiros há duas crianças, que serão levadas de ambulância direto para o hospital, pois estão com quadro de desnutrição. Antes de chegar a Brasília, aeronave, de modelo VC-2 (Embraer 190), pousou na Base Aérea de Recife, às 20h21, onde fez uma parada técnica para abastecimento e nenhum passageiro desembarcou.

O secretário nacional de Justiça, Augusto Botelho, informou que eles devem se dividir nos estados brasileiros de SP, DF, RS, SC e MT. “Foi a negociação mais difícil, mais dolorosa. Acho que quando envolve uma quantidade grande de crianças, o envolvimento emocional é muito grande”, afirmou Botelho.

De acordo com o secretário, os brasileiros vindos de Gaza vão receber cuidados médicos e psicológicos já na Base Aérea de Brasília. Nessa etapa, também serão preenchidos os documentos de migração.

O ministro do Desenvolvimento Social, Wellington Dias, explicou que os repatriados poderão receber benefícios sociais, caso se enquadrem nos requisitos de cada programa. “Aqueles que não têm familiares ficarão numa unidade de acolhimento. Ali, têm direito à habitação, têm direito à alimentação e também acesso a um dos programas, ou o Bolsa Família ou o Benefício de Prestação Continuada. E a partir daí é feita toda uma orientação para outros programas”, afirmou o ministro.

O ministro da Justiça, Flávio Dino, destacou a soberania brasileira em questões de segurança interna, enquanto a PF expressou desaprovção das declarações do embaixador Zonshine. A presidente do PT e deputada federal Gleisi Hoffmann classificou de “repugnante” um encontro entre Zonshine, Jair Bolsonaro e parlamentares bolsonaristas na Câmara dos Deputados, que serviu o propósito de difundir propaganda do regime sionista.

Nos últimos dias, houve rumores infundados espalhados pela milícia bolsonarista de que Jair Bolsonaro teria influenciado na liberação dos brasileiros. O ministro Mauro Vieira negou categoricamente essa afirmação, ressaltando que todos os esforços foram feitos pelo governo de Lula. Bolsonaro e sua manobra apenas atrapalharam as negociações.

Lula: “a minha solidariedade a Dino, alvo de absurdos ataques”

O presidente Lula se solidarizou com o ministro Flávio Dino, que tem sido alvo de “absurdos ataques artificialmente plantados” sobre uma suposta reunião com chefes do tráfico, e afirmou que seu governo não vai recuar “diante de criminosos e seus aliados”.

Diversas páginas e famigerados bolsonaristas estão disseminando a mentira de que o ministro se reuniu com a “dama do tráfico”, esposa do “Tio Patinhas”, chefe do Comando Vermelho, apresentando um vídeo dele conversando com uma moça loira.

No entanto, a mulher é a humorista Ví Alves, que disse que vai entrar na Justiça contra os caluniadores.

“Minha solidariedade ao ministro Flávio Dino, que vem sendo alvo de absurdos ataques artificialmente plantados. Ele já disse e reiterou que jamais encontrou com esposa de líder de facção criminosa. Não há uma foto sequer, mas há vários dias insistem na disparatada mentira”, afirmou o presidente Lula.

“O Ministério da Justiça tem coordenado ações de enorme importância para o país: a defesa da democracia; o combate ao armamentismo selvagem; o enfrentamento ao crime organizado, ao tráfico e às milícias; e a proteção da Amazônia”, salientou.

“Essas ações despertam muitos adver-

sários, que não se conformam com a perda de dinheiro e dos espaços para suas atuações criminosas. Daí nascem as fake news difundidas numa clara ação coordenada”, continuou o presidente em postagem feita nas redes sociais.

“Nós reiteramos: não haverá recuos diante de criminosos e seus aliados, estejam onde estiverem, sejam eles quem forem”, completou o presidente.

Um dos maiores perfis que tem divulgado a mentira é o do bolsonarista Fernando Holiday (PL), vereador de São Paulo. Ele também voltou a citar o caso da reunião de Dino no Complexo da Maré, no Rio de Janeiro, no qual bolsonaristas inventaram que o ministro entrou no local dominado pelo tráfico sem qualquer segurança.

O vereador chegou a postar o vídeo de Dino com a humorista Ví Alves, falando que ela era a “dama do tráfico”. Depois da repercussão, Holiday excluiu a publicação.

A humorista Ví Alves gravou um vídeo falando que os mentirosos “vão ter que provar” o que estão falando. “Simplesmente por aquele vídeo com o Flávio Dino, por não acreditar que o Flávio Dino pudesse conhecer uma nordestina arretada estão me associando ao crime organizado. Vamos ver no que vai dar, viu bolsonion?”

Audiência pública na Assembleia Legislativa de SP repudia privatização do saneamento:

“Não podemos permitir que a Sabesp vire uma nova Enel”

“Nosso serviço, oferecido a mais de 70% da população, é um serviço de excelência”, destacaram os trabalhadores durante a audiência em repúdio à entrega do patrimônio

A Audiência Pública sobre a privatização da Sabesp realizada nesta quinta-feira (16) na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) foi marcada pelos intensos protestos populares em repúdio ao projeto do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) que tramita em regime de urgência.

A discussão, que faz parte do processo de tramitação do Projeto de Lei (PL) 1501/2023, contou com a presença da secretária de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado, Natália Resende, de representantes do Sindicato dos Trabalhadores em Água e Esgoto (Sintaema), parlamentares e de outros representantes da sociedade civil.

A base aliada ao governador do estado, favorável ao projeto de privatização, participou da audiência em menor número, mas buscando tumultuar o debate.

Os parlamentares de oposição e representantes de movimentos sociais, de moradia e estudantis contrários à privatização da Sabesp citaram como exemplo negativo da privatização os problemas recentes com a Enel, concessionária de energia elétrica no estado e alvo de uma CPI na Alesp, após mais de 2 milhões de pessoas na Grande São Paulo serem afetadas pela falta de luz por mais de 7 dias após o temporal do dia 3 de novembro.

Em sua fala inicial, José Faggian, presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Água, Esgoto e Meio Ambiente do Estado de São Paulo (Sintaema) apresentou os principais dados sobre a eficiência da Sabesp sob controle estatal, desmentindo a suposta “falta de capacidade” da empresa de atender a população do Estado.

“O nosso serviço, oferecido a mais de 70% da população, é um serviço de excelência. Embora o discurso tente, a todo momento, dizer que nós não somos eficientes, os números provam que a Sabesp é uma empresa eficiente, que presta um serviço de excelência para o povo de São Paulo e principalmente porque o saneamento tem uma interface direta com a saúde”, disse.

“Recentemente numa uma pesquisa feita pelo Datafolha mostra que mais da metade da população de São Paulo aprova o serviço feito pela Sabesp e que tem uma grande capacidade, por exemplo, de reação a desastres climáticos, como a gente viu em São Sebastião, no litoral norte e diferente do que acontece ou do que aconteceu nas últimas semanas aqui pela Enel e graças ao processo de privatização”, destacou.

Faggian ressaltou que o estado, ao abrir mão do controle da empresa, perde a capacidade de garantir a qualidade do serviço. “O que vai ser entregue da Sabesp é justamente o controle e, o acionista privado, o controlador privado, ele vai maximizar o lucro e com isso vai demitir os trabalhadores e vai reduzir os investimentos e isso está comprovado na experiência mundial. Não podemos permitir que a Sabesp vire uma nova Enel”, ressaltou.

A Secretária de Meio Ambiente, Natália Resende defendeu a privatização da Sabesp como o único caminho para a universalização do saneamento básico sem o aumento tarifário para a população. “A gente quer fazer uma venda de ações, ser mais eficiente ao tirar nossas amarras e trazer investidores para ajudar a fazer mais investimentos e usar parte desses recursos na redução tarifária”, afirmou.

Natália foi a única representante do Executivo e ligada à empresa a discursar. A ausência do presidente da Sabesp, André Salcedo, foi duramente criticada pelos deputados.

Da mesma forma, o deputado do Movimento Brasil Livre (MBL) Guto Farias (UB), defendeu o projeto, chamando o serviço da Sabesp de ‘serviço porco’ e ressaltou que os paulistas não terão aumento na tarifa com a privatização da Sabesp. No entanto, não é isso que os dados e os fatos mostram.

PRIVATIZAÇÃO SEM QUALQUER EMBASAMENTO

O deputado Guilherme Cortez (Psol) denunciou que o estudo encomendado pelo governo não tem nenhum embasamento plausível para a privatização da empresa pública. Além disso, destacou que privatizar a empresa só prejudicará muito a população, pois não haverá subsídio cruzado.

“A secretária Natália cita o estudo do Banco Mundial que foi encomendado pelo governo do estado de São Paulo para embasar a privatização. O deputado Guto Farias (UB) faz o mesmo. O que eles esquecem de dizer, e é importante para os arautos da dignidade com dinheiro público saber o que eles esquecem de dizer é que esse estudo tinha dois valores de contratação. Eram R\$ 8 milhões se o estudo fosse contra a privatização e R\$ 45 milhões se fosse a favor. O Banco Mundial vai dizer que não tinha um estudo pronto. Era óbvio que se o valor mais alto fosse pago para justificar a privatização, esse estudo já estava encomendado”, disse.

“Agora, o governo fala que a Sabesp é cabide de emprego, porque eles não conhecem o serviço público e não sabem que para entrar no serviço público tem que fazer concursos. Então eu acho que o governo deveria adotar a mesma linha. Quando alguém vai prestar um concurso público, se não passar no concurso, não paga. Só paga se passar, porque é isso que eles estão fazendo com o Banco Mundial para justificar uma privatização. Não há nada que justifique a privatização no estudo”, continuou.

PRIVATIZAR COLOCA EM RISCO A POPULAÇÃO

O presidente da União Municipal dos Estudantes Secundaristas de São Paulo (UMES), Lucca Gidra, afirmou que é necessário defender a Sabesp, uma empresa eficiente e que dá lucro, que serve bem o povo paulista.

“Todos aqui consomem a água da Sabesp. Tomam banho, lavam louça, bebem a água fornecida por uma das maiores empresas de saneamento do mundo, a Sabesp. Ao contrário do que o governo tenta passar, a nossa Sabesp é uma empresa eficiente, dá lucro, contribui com a arrecadação do nosso Estado e serve bem, serve muito bem ao povo Paulista! Só há um motivo para privatizar a Sabesp: o governador quer passar a mão na carteira do trabalhador! Querem entregar o que foi construído pelo nosso povo para seus amigos e financiadores”, disse Lucca.

“Realmente o povo está endividado, por conta dos juros abusivos, e o que mais tem consumido o salário da população são as contas básicas. Privatizar a Sabesp é aumentar a quantidade de endividados! Vender a Vale e ter mais de 300 mortos em Brumadinho e Mariana, entregar a Eletropaulo aos incapazes da Enel, que deixaram 2 milhões sem energia por quase 7 dias não foi o suficiente? Privatizar a Sabesp é colocar em risco a saúde, a vida, o meio ambiente e o bolso da população”, disse Lucca.

“Tarcísio está na contramão do mundo! Vários países estão reestatizando o saneamento. A Sabesp é uma empresa estratégica para o Brasil. São Paulo a locomotiva do Brasil, está decaindo. O Estado mais industrializado está perdendo sua indústria e o desemprego e a crise econômica são a nossa triste realidade. Enquanto isso, Tarcísio não mede esforços para vender o que é do povo. Não vamos permitir que isso aconteça!”, afirmou.

Renê Vicente, diretor do Sintaema, ressaltou a importância de deixar claro para os deputados a opinião dos trabalhadores: “Nós temos uma opinião que foi coletada através de milhares de votos aqui no Estado de São Paulo, por meio de votos do Plebiscito Popular Contra a privatização da Sabesp, Metrô e CPTM. Mais de 97%, dos 879 mil votos coletados, mostraram contrariedade ao projeto”, disse.

Segundo Vicente, é fundamental lembrar do perigo que representa a entrega de uma empresa como a Sabesp para a iniciativa privada.

“Hoje no Brasil são cerca de 500 municípios que são tocados pela iniciativa privada. O principal exemplo é o caso da Saneatins, privatizada nos anos 2000. Em 2013, adivinhem? A BRK Ambiental [empresa privada que ficou no lugar da Saneatins], devolveu para o estado de Tocantins 78 municípios não rentáveis, aqueles que não davam lucro. O governo de Tocantins teve que criar às pressas a Agência Tocantinense de Saneamento. Esta é a lógica da iniciativa privada. Ficaram apenas com os municípios que davam lucro”, exemplificou.

TIAGO CÉSAR



Querem entregar o que foi construído pelo povo para seus amigos e financiadores

Ministério da Ciência e Tecnologia retoma as operações da fábrica de chips Ceitec

Retomada da Ceitec é oportunidade para Brasil dominar conhecimento científico, tecnológico e produtivo, disse a ministra Luciana Santos



Ministra Luciana Santos durante a reabertura da fábrica de chips brasileira

O governo brasileiro retomou oficialmente as operações do Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada (Ceitec), empresa brasileira especializada na produção de semicondutores, que estava paralisada há três anos, desde que foi colocada em processo de liquidação pelo governo Bolsonaro.

A cerimônia foi realizada na sede da companhia em Porto Alegre, nesta terça-feira (14), e conduzida pela ministra titular da pasta, Luciana Santos.

A Ceitec é vinculada ao MCTI e especializada na produção de semicondutores para as áreas de identificação animal, veicular e logística, teve revertido na semana passada seu processo de liquidação, após ter sido paralisada em julho de 2020, sob o governo de Jair Bolsonaro. O Decreto nº 11.478, de 6 de abril de 2023, autorizou a reversão da liquidação da empresa e estabeleceu a retomada operacional.

“A Ceitec reúne as condições para o desenvolvimento e a fabricação de dispositivos que atendam aos desafios globais, como o da transição energética, fornecendo insumos para painéis fotovoltaicos, veículos elétricos e híbridos”, disse Luciana durante o evento.

Segundo a ministra, com essa decisão, o governo viabiliza o reingresso da Ceitec no mercado e reafirma o reconhecimento da empresa no contexto das políticas públicas para o setor de semicondutores e de componentes avançados.

Para Luciana, a Ceitec é uma oportunidade para o Brasil dominar o conhecimento científico, tecnológico e produtivo que poucos países do mundo possuem em um setor estratégico.

“Com recursos humanos altamente qualifi-

cados e sofisticada infraestrutura, a Ceitec tem capacidade para operar diferentes rotas tecnológicas, inclusive alinhadas às políticas de inovação e de reindustrialização em novas bases”, ressaltou.

De acordo com a ministra, bancos e ainda seis “grandes parceiros” já procuraram a Ceitec para obter acordos, especialmente nas áreas de energia renovável e automotiva, por meio da eletrificação. “Sabemos que a inserção altiva do Brasil nas cadeias globais de maior valor agregado depende da superação do atraso produtivo e tecnológico, e isto faz com que tenhamos de ter necessariamente um apoio do poder público”, destacou ela, acrescentando que a meta é alcançar 7% do mercado latino-americano após sete anos de produção.

Luciana ainda comentou que já estão sendo alocados recursos no Orçamento de 2024 para investimentos na fábrica. “Enquanto quiser o presidente Lula, não vai haver interrupção desta situação. Ele está muito entusiasmado, compreendendo o significado e a importância estratégica deste local”, disse.

O governo prevê alocar cerca de R\$ 500 milhões para o projeto da retomada, do qual metade deste valor está na Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2024. **CHIP É PEÇA FUNDAMENTAL DA SOCIEDADE MODERNA**

O presidente da Ceitec, Augusto Gadelha, lembrou que a área de semicondutores é “complexa, requer investimentos massivos e competência de recursos humanos” e destacou a sua importância para o desenvolvimento do país.

“Muito se fala sobre a ‘guerra dos chips’ entre China e Estados Unidos, porque o chip é a peça fundamental da sociedade moderna”, explicou. “Falta, no Brasil, a capacidade de fabricar chips, e é a isso que a Ceitec se propõe. A Ceitec é necessária para o país e temos de ser bem-sucedidos. O Brasil pode sim ser parte

dos países que fabricam chips”, defendeu. Durante o evento, o presidente da Associação dos Colaboradores da Ceitec (Acceitec), Silvio Luis dos Reis Santos Junior, entregou uma carta de agradecimento à ministra. “Com satisfação chegamos ao dia de hoje, foram três anos de luta, tivemos muitas dificuldades. Essa é uma empresa relevante, e precisamos recomençar com outro foco.” Silvio Luis disse que há também a necessidade de eliminar estigmas anteriores relacionados a sua atuação.

Já a secretária de Inovação, Ciência e Tecnologia (Sict) do governo do Rio Grande do Sul, Simone Stülp, reforçou a importância do programa Semicondutores RS, criado pelo governo do Estado e que deverá investir R\$ 70 milhões no setor até 2026. O ato também teve a presença do secretário municipal de Inovação de Porto Alegre, Luiz Carlos Pinto da Silva Filho, parlamentares, representantes de parques tecnológicos e universidades.

Após o evento, o governador Eduardo Leite recebeu a ministra Luciana e uma comitiva do governo federal, além de Simone, no Palácio Piratini. Leite e a secretária detalharam o programa Semicondutores RS e ratificaram que a reabertura da Ceitec, unida ao ambiente pujante já consolidado no Estado, será decisiva para o sucesso da estratégia.

“Isso possibilita que grandes empresas possam olhar para a América Latina como uma alternativa. É uma oportunidade única para o Rio Grande do Sul, muito em função da Ceitec e de programas das nossas universidades que existem desde a década de 1980. A retomada da empresa está em sintonia com nosso ecossistema e com nosso programa”, explicou o governador.



Deputada Leci Brandão (PCdoB/SP)

‘Não podemos deixar nas mãos da iniciativa privada o que é direito de todos’, diz Leci Brandão sobre Sabesp

A deputada estadual Leci Brandão (PCdoB) está convocando as entidades, movimentos sociais e a população para a audiência pública sobre a privatização da Sabesp, que ocorre na Assembleia Legislativa de São Paulo, nesta quinta-feira (16), às 14h.

“É muito importante que todos participem ou pessoalmente aqui no plenário Juscelino Kubistchek, que estará aberto ao público, ou pela internet, no youtube da TV Alesp!”

“Precisamos fazer valer o nosso direito de ter voz e discutir com seriedade as consequências do serviço essencial da população ir parar nas mãos da iniciativa privada.”

“Consequimos na Justiça o direito de debater o tema e precisamos da mobilização de todos!”

“Não podemos deixar nas mãos da iniciativa privada o que é direito de todos! Vamos continuar firmes na defesa dos interesses da população”, afirma a depurada em suas redes sociais.



Prefeito de São Paulo pede cancelamento do contrato com Enel após descaso no apagão

O prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes, afirmou nesta quinta-feira (16) que pediu à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) a interrupção do contrato de concessão com a Enel.

“Não é só por conta dessas chuvas que aconteceram no dia 3 de novembro. A gente já vinha há muito tempo discutindo com a Enel uma série de questões”, disse Ricardo Nunes.

A empresa passou a ser responsável pela energia da capital paulista e de outros 23 municípios na região metropolitana em 2018.

A principal motivação, segundo Nunes, é o prejuízo causado aos comerciantes, população e no funcionamento de serviços públicos essenciais, como a falta de energia em cinco Unidades Básicas de Saúde (UBS).

“O que me cobre foi recorrer à Justiça e estar aqui aproveitando o canal de vocês na imprensa para poder colocar a dor da cidade de São Paulo com essa companhia que é uma péssima companhia para a cidade”, completou.

Segundo o executivo paulistano, Nunes tem conversado com frequência com o presidente da Aneel para que melhorias sejam realizadas nos serviços de energia elétrica da cidade. “A situação é preocupante, uma vez que a época de chuvas de verão ainda está por vir, e foi solicitado à agência que cancelasse o contrato com a Enel”, diz trecho da nota.

NOVA CHUVA, NOVO APAGÃO

Após a chuva da última quarta-feira (15), bairros da zona norte e da zona leste da capital paulista voltaram a ficar às escuras. Mais de 290 mil paulistanos foram impactados e, segundo a própria Enel, 80 mil clientes na região metropolitana de São Paulo estavam sem energia elétrica na quinta-feira.

Nesta quinta, a Alesp realizou mais uma audiência sobre a CPI da Enel. O presidente nacional da empresa, Nicola Cotugno, foi questionado sobre o posicionamento de Ricardo Nunes, mas preferiu não entrar em polêmica.

Acho que é correto por minha parte deixar para momento futuro [comentar] porque não tenho como examinar as palavras e o contexto. Vamos analisar e abrir as discussões que pertencem a esse caso”, disse Cotugno. “Todos podem declarar o que querem, mas não tenho nenhum elemento. (...) Não vamos fugir de nenhuma avaliação que possa apurar a substância e os comportamentos da nossa empresa. Confiamos no valor da Justiça e instituições brasileiras”, completou.

Servidores reagem após negociação terminar sem proposta de reajuste



Funcionários públicos ocupam Assembleia contra projeto de Zema que congela salários

Os servidores públicos de Minas Gerais ocuparam o plenário da Assembleia Legislativa (ALMG), nesta terça-feira (14), em repúdio ao plano para o Regime de Recuperação Fiscal (RRF) proposto pelo governador mineiro Romeu Zema (Novo).

O protesto contou com palavras de ordem e faixas contra o Projeto de Lei (PL) 1.202/19 – que prevê, entre outras medidas, o congelamento salarial dos funcionários públicos por nove anos – durante votação na Comissão de Administração Pública (APU).

“O governo do Estado, nos próximos nove anos, quer dar uma recomposição de 3% em 2024 e 3% em 2028. Isso não cobre nem o prejuízo que a gente já tem da falta de recomposição dos seis anos que já é de 35,44%”, diz o presidente do Sindicato dos Servidores da Polícia Civil de Minas Gerais, Wemerson de Oliveira.

“O outro grande pro-

blema, que é social, é que vai sucatear os serviços do estado, como a saúde, a educação, a segurança pública. Na Polícia Civil, nós temos uma defasagem de pessoal de quase 50%, já temos mais de 1.000 policiais aptos a aposentar e eles vão aposentar, caso o Regime passe. E não tem previsão nenhuma de fazer concursos públicos nesses nove anos. Então, não são só os servidores públicos que estão sendo prejudicados, toda a população será”, ressalta o sindicalista.

Além dos servidores, deputados da oposição também pressionaram contra o texto, considerado “a pior lei da história de Minas Gerais”, de acordo com o deputado professor Cleiton (PV).

A deputada Beatriz Cerqueira (PT) lembrou aos parlamentares da base do governo que “todos os deputados tiveram votos de servidores públicos e de familiares de servidores públicos”. “Estão induzindo

a ALMG a votar uma matéria completamente sem condições junto à Secretaria do Tesouro Nacional [STN]. [O governo] Expõe parlamentares a se posicionar, a votar favoravelmente ao PL 1.202/2019, que está todo errado”, afirma, lembrando do parecer desfavorável da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Antes da votação, ocorrida à noite, houve uma audiência pública que recebeu o secretário de Estado de Fazenda, Gustavo Barbosa. Ele respondeu a questionamentos de deputados sobre o RRF e foi alvo de críticas, vaias a protestos de centenas de servidores e entidades do funcionalismo público mineiro presentes na sessão. Convidada, a secretária de Planejamento e Gestão, Luísa Barreto, não compareceu por motivos de saúde e, por isso, foi substituída por Felipe Magno, subsecretário de Planejamento e Orçamento.



Trabalho aos feriados deve ser aprovado em negociação coletiva, decide governo

O governo Lula revogou uma decisão da gestão Bolsonaro, de 2021, que dava autorização permanente aos trabalhos no comércio durante feriados.

A decisão, que proíbe que esse trabalho seja liberado sem um prévio Acordo Coletivo do Trabalho, aprovado em assembleia e com anuência dos sindicatos representantes das categorias, foi publicada no Diário Oficial da União, na segunda-feira (13), e assinada pelo ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho.

A decisão retoma o entendimento anterior, considerando o disposto no artigo 6-A, da Lei 10.101 de 19 de dezembro de 2000, que estabelece que “é permitido o trabalho em feriados nas atividades do comércio em geral, desde que autorizado em convenção coletiva de trabalho e observada a legislação municipal, nos termos do art. 30, inciso I, da Constituição”.

A partir dessa decisão, os sindicatos de trabalhadores ganham mais poder nas negociações. A determinação passou a valer de forma imediata.

O trabalho das seguintes categorias passará a ser fiscalizado pelos sindicatos quanto a folgas em dias de feriado: comércio em geral, comércio varejista em geral, comércio em hotéis, varejistas de peixe, varejistas de carnes frescas e caça, varejistas de frutas e verduras, varejistas de aves e ovos, varejistas de produtos farmacêuticos (farmácias, inclusive manipulação de receita), comércio de artigos regionais nas estâncias hidrominerais, comércio em portos, aeroportos, estradas, estações rodoviárias e ferroviárias; atacadistas e distribuidores de produtos industrializados, revendedores de tratores, caminhões, automóveis e veículos similares; entre outras.



Funcionários da Receita Federal iniciam greve em defesa de direitos

Aos reuniões com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, os servidores da Receita Federal decidiram manter greve marcada para a próxima segunda-feira (20). De acordo com o Sindicato dos Auditores-Fiscais da Receita Federal (Sindifisco Nacional), não houve avanços na negociação, pois o ministro não apresentou nenhuma proposta que pudesse ser levada para a apreciação da categoria.

A reunião ocorreu na tarde desta terça-feira (14), em Brasília, para tratar da principal pauta remuneratória dos Auditores-Fiscais: o cumprimento do acordo salarial firmado em 2016 com a implementação do bônus de eficiência.

“Não recebemos uma proposta do governo para analisar em Assembleia. Portanto, seguiremos com nossa mobilização. O início da greve está marcado para a próxima segunda-feira, dia 20. Os colegas que estão aqui e que são lideranças em suas bases precisam comunicar a importância de seguirmos firmes na mobilização e no nosso calendário de greve, para que possamos obter o cumprimento do

compromisso do Estado brasileiro com a categoria”, informou Isac Falcão, presidente da entidade durante a reunião.

Na manhã de terça-feira, cerca de 200 Auditores-Fiscais participaram do ato público organizado pelo Sindifisco Nacional em frente ao Ministério da Fazenda, em Brasília, pelo cumprimento do acordo salarial firmado em 2016. “O baixo orçamento previsto para a Receita Federal perpetua a situação de desmonte que vivemos nos últimos anos. Essa questão, alinhada ao descumprimento do acordo que deu origem à Lei 13.464 — situação que se arrasta há sete anos — não podem ser ignorados pela categoria”, destacou Isac, reforçando que a greve é geral.

“A greve é geral, então envolve todos os setores da Receita Federal, como aduanas, Carf, imposto de renda, entre outros. Entendemos que a população é profundamente afetada pelo desmonte que o órgão tem sofrido nos últimos anos e é exatamente contra esse desmonte que a paralisação se faz necessária”.

Servidores federais se mobilizam em defesa de reposição salarial em 2024. Após cinco reuniões, nenhuma proposta foi apresentada

Entidades que representam os servidores públicos federais, como o Fórum Nacional de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), o Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe) e a Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico Técnico e Tecnológico (Proifes) saíram mais uma vez de mãos abanando da última rodada de negociações com o governo federal em relação ao reajuste salarial dos servidores.

A quinta Mesa de Negociação aconteceu na quinta-feira (16), sem nenhuma proposta de recomposição salarial para o próximo ano, conforme a posição na reunião do secretário de Gestão de Pessoas e Relações do Trabalho, do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), José Lopez Feijóo: “Ainda não há margem para indicar o reajuste”, afirmou.

No entanto, o secretário disse que “apesar do déficit zero”, existe um compromisso do governo de buscar receita para o reajuste dos servidores, e que ele “vai trabalhar para conseguir trazer uma proposta de reajuste até o dia 15 de dezembro”. Para Rudinei Marques, presidente do Fonacate, “a paciência dos servidores está esgotando e que é inadmissível chegar ao final de 2023 sem uma proposta razoável”. Durante a reunião, as entidades que compõem o Fonacate e Fonasefe sem manifestaram em resposta à morosidade do governo.

“Nós, representantes dos servidores, manifestamos nossa insatisfação com o posicionamento do governo de seguir sem apresentar propostas de reajuste. A falta de reajuste é inaceitável, pois aumenta a perda de sobrevivência em relação ao que vivemos hoje”, afirmou Nilton Brandão, presidente do Proifes.

De acordo com Brandão, a entidade seguirá mobilizada para que o governo apresente “um bom reajuste aos servidores e para que, em mesa específica, apresente a

reestruturação de carreira dos docentes das universidades e institutos federais”.

“Vamos persistir no conjunto dos servidores por essa pauta, para que seja apresentada dentro da Mesa Nacional de Negociação Permanente um valor que reponha minimamente os valores perdidos ao longo dos anos e que ultrapassa 40%”, disse o auditor fiscal Floriano de Sá Neto, que representou o Sindifisco Nacional no encontro.

As entidades informaram que durante a reunião foram tratados outros temas que não abordam a questão salarial, uma pauta composta por cerca de 30 itens. Entre eles, a suspensão do decreto 10.620 que dispõe sobre a competência para a concessão e a manutenção das aposentadorias e pensões do regime próprio de previdência da União no âmbito da administração pública federal, e sobre a PEC 32, que trata da reforma administrativa.

Sobre esse tema as coisas estão um pouco mais avançadas, já que existe concordância do governo de que a PEC não proporciona nenhum benefício para o serviço público e servidores, sendo possível uma reestruturação sem a retirada de direitos, conforme informaram os sindicalistas.

“O Sindifisco Nacional encara esse ponto como positivo, mas lamenta que o secretário ainda não tenha conseguido o espaço orçamentário para anunciar um valor do reajuste do vencimento básico. Lembramos que os outros poderes têm reajuste já em lei para os próximos dois anos, concedidos a partir da Lei Orçamentária deste ano e correspondem a mais de 19% de reposição inflacionária. Enquanto nós, servidores públicos federais, tivemos apenas 9%”, declarou Floriano.

Segundo ele, “a maioria das propostas que o governo está colocando como atendidas será tratada no âmbito de um grupo de trabalho criado para discutir a regulamentação da Convenção 151”, texto que trata da participação e da liberdade sindical dos servidores públicos, informou o diretor do Sindifisco.

Educação de Minas Gerais aprova greve de 48 horas contra arrocho

Os servidores da educação de Minas Gerais aprovaram estado de greve, nesta terça-feira (14), e preparam paralisação das atividades nos dias 21 e 22 de novembro, com vigília permanente na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) contra a proposta de Regime de Recuperação Fiscal (RRF), apresentada pelo governador Romeu Zema (Novo). A decisão foi tomada em reunião do Conselho Geral do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais (Sind-UTE/MG).

Os servidores da educação participaram de outras duas greves gerais do funcionalismo público contra o RRF, nos dias 7 e 14 de novembro. Nas duas ocasiões houve mobilização na ALMG, também com a intenção de pressionar

os parlamentares durante as votações do projeto relacionado ao tema.

A categoria denuncia que o RRF prevê o congelamento dos salários dos trabalhadores do funcionalismo público pelos próximos nove anos, permitindo apenas duas recomposições de 3%, além de suspender concursos públicos, medidas que devem precarizar os serviços públicos e não resolver o problema fiscal do estado.

Outras reivindicações da categoria são a participação dos servidores nos debates e audiências públicas, assim como nas enquetes relacionadas à educação na ALMG, além da realização de audiências públicas em câmaras municipais e em outros espaços que ampliem o diálogo com a população afetada com o RRF.





Milei celebra a vitória ao lado da irmã Com propostas paliativas para crise argentina, Massa não supera o fascista Milei

Candidato e ministro da Economia do país estagnado, submetido ao FMI sanguessuga e com pobreza atingindo índice de 40%, Sergio Massa, que propunha na prática apenas administrar a crise, acabou perdendo por 55,7% a 44,3% para a magia da 'dolarização' do fascista autoproclamado anarcocapitalista Milei.

O autodenominado "anarcocapitalista" Javier Milei e sua motosserra venceram as eleições de domingo (19) na Argentina, superando o candidato peronista e atual ministro da Economia, Sergio Massa, por 55% a 44%, quase 12 pontos percentuais de diferença. O comparecimento às urnas foi de 75%.

Massa reconheceu a derrota, disse que a democracia argentina é forte e agradeceu à militância peronista, depois de ter telefonado ao vencedor.

Milei, que ficou quase sete pontos atrás de Massa no primeiro turno, reverteu o quadro a partir do apoio da candidata da assim chamada direita tradicional, Patricia Bullrich, que ficou em terceiro lugar, e de seu mentor, o ex-presidente Mauricio Macri.

Ao contrário das urnas, pesquisas chegaram a indicar um "empate técnico"; houve também avaliações de que Massa venceria o último debate eleitoral obrigatório.

A posse de Milei será em 10 de dezembro, sucedendo o atual presidente Alberto Fernández.

DUBLÊ DE MINISTRO E CANDIDATO

Com o país sob o jugo do FMI, a que fora levado no governo Macri, inflação recorde, escassez de divisas, desvalorização do peso, e elevação da pobreza a 40%, nunca fora fácil para Massa conciliar o papel de candidato peronista com o de ministro da Economia e administrador da crise aguda.

A própria candidatura estava longe, de forma profunda, de expressar a principal vertente do peronismo, a das transformações encabeçadas por Néstor, e continuadas por Cristina Kirchner. Na eleição de Macri, foi a candidatura avulsa de Massa que acabou dividindo os votos peronistas e viabilizando a vitória do candidato neoliberal, que acabou legitimando os fundos abutres e empurrando a Argentina às garras do FMI.

Massa buscou, agora, convocar o país a um governo de união nacional para sair da crise e se comprometer com os direitos sociais e com a indústria argentina, mas sem se comprometer com as profundas transformações que o país reclama.

VOTO DO CONTRA

Mas o resultado eleitoral indica que acabou pesando mais na decisão das urnas a penalização de quem não conseguiu fazer frente à crise econômica em curso; um voto mais contra, do que exatamente a favor, demagogicamente manipulado sob as convocatórias contra a "casta" e o "sistema".

A dolarização também foi apresentada por Milei como uma solução mágica para a crise econômica e a inflação e foi cultuada com notas gigantes de dólar com o rosto do fascista.

De certa forma, Milei é uma espécie de híbrido de Collor com Bolsonaro, com perspectivas análogas. Ele também gosta de aparentar ser louco; aliás, tem como mentor espiritual seu cão, já morto, de nome Conan. Também é notório por rompantes de fúria e por seus xingamentos.

O partido de Milei, o La Libertad Avanza, é completamente dependente do apoio parlamentar do macrismo, já que sua bancada é de apenas 37 deputados, contra 108 dos peronistas, o maior partido do parlamento argentino. Os macristas, mais os radicais e outras forças de centro-direita, que não necessariamente marcharão juntas, fizeram 93 cadeiras. Para ter maioria na Câmara, são necessários 129 votos. No Senado, os peronistas têm 34 cadeiras, contra 8 de Milei e 24 da direita tradicional. Para ter maioria aí, são preciso pelo menos 37 senadores.

DESESPERAÇA

A baixa estima dos argentinos, sob a crise em curso na Argentina, possibilitou que a candidatura Milei servisse de escaudo para um esgoto que sobrevivia nas catacumbas desde a derrota da ditadura e da reconstrução democrática. A ponto de Milei não esconder sua ojeriza a tudo que é argentino, de Maradona ao Papa Francisco, e ter como ícone a Margaret Thatcher que governou a Inglaterra no ataque à Argentina para se apossar das Ilhas Malvinas elevando a ocupação militar no Atlântico Sul.

Na análise do economista Alfredo Zaiat, no Página 12, o governo Milei "inaugurará outro período de desmantelamento do tecido socioprodutivo, uma avaliação que surge dos seus próprios princípios econômicos, os mesmos de Martínez de Hoz, Menem-Cavallo e Macri", com suas mazelas, o "industrialicídio" e o desemprego. Ele previu que "os trabalhadores formais e informais e as empresas nacionais serão lançados no fogo purificador" da abertura comercial, redução do Estado, privatização e corte de direitos.

"INDUSTRIALICÍDIO"

O presidente eleito – registrou Zaiat –, exibindo uma expressão facial semelhante à do Coringa, disse em uma entrevista que "a casta são os empresários prebendários que quando vou dar uma conferência falam mal de mim, os corruptos do Câmara Argentina da Construção. O problema é que comigo eles vão ter que competir. Ou seja, vão ter que servir a seus vizinhos com bens de melhor qualidade ou melhor preço, ou irão à falência."

Também resta ver como vão reagir os setores populares, engrupidos por Milei, e que deram a ele seu voto, quando este puser em prática seu plano de privatizar a educação, a saúde e a Previdência social.

Leia a matéria na íntegra em: www.horadopovo.com.br

"Mundo assiste à maior expulsão de palestinos desde 1948, diz ONU"



"Um rio de gente sendo forçada a fugir de seus lares", expõe Philippe Lazarini

Sobrinha de Netanyahu se une ao movimento de judeus dos EUA pelo cessar-fogo imediato

Ruth Ben-Artzi, sobrinha do primeiro-ministro israelense, Benjamin Netanyahu, se junta ao Democracy Now!, para pedir que o governo de Netanyahu concentre esforços na libertação de reféns israelenses e pare com os bombardeios.

Professora de ciência política no Providence College, Ben-Artzi recentemente se juntou a proeminentes rabinos de Rhode Island, líderes judeus e israelenses exigindo um cessar-fogo em Gaza.

"Um cessar-fogo é realmente a única maneira de alcançar qualquer solução", diz Ben-Artzi, que explica por que as ações militares nunca resolverão este conflito e que "encontrar uma solução política é realmente a única maneira de que os cerca de 7 milhões de judeus e 7 milhões de palestinos que vivem entre o rio e o mar possam encontrar a paz."

VERGONHA

Em recente entrevista ao jornal israelense, Haaretz, Ruth falou dos seus sentimentos e percepções acerca dos seus tios e primos.



Professora condena fascismo de seu tio Netanyahu

"Eu estou envergonhada, triste e irada. Envergonhada de ter um tio que não se envergonha. Não tem vergonha de estar em uma posição de poder e através dela promover e encorajar a violência, o racismo, o nacionalismo e o fascismo, afirmou.

"Estes não são os valores judaicos que eu absorvi e aos quais me sinto conectada. Israel poderia permanecer um país no qual os judeus pudessem encontrar um lugar seguro e livre, com igualdade e parceria com todos os grupos populacionais dentro das fronteiras de seu Estado", acrescentou.

"Eu tenho que acredi-

tar que isto é possível" prosseguiu, "porque a alternativa, um Estado não democrático, baseado nos ditames religiosos (halakha), na supremacia de poder e através dela promover e destruir, como tivemos um exemplo em Hawara (aldeia atacada por colonos fanáticos na Cisjordânia palestina). Uma política baseada em religião e revanche nos levará a lugares escuros".

"Assim como amigos, colegas e pessoas que eu conheço e respeito vivem em Israel e estão lutando por um futuro igualitário e democrático, eu farei o melhor possível para apoiá-los", concluiu.

Lançamento da espaçonave Starship de Elon Musk acaba em novo fiasco

Explodiu pela segunda vez desde abril: "sistema automatizado de terminação de voo no segundo estágio parece ter disparado muito tarde na ignição", disse o engenheiro da SpaceX, John Insprucker.

O segundo teste da espaçonave pesada reutilizável Starship, da empresa SpaceX, de Elon Musk, repetiu o fiasco do primeiro, e acabou em uma explosão por volta de 07h05 (horário local) deste sábado (18).

A Starship – com a qual Musk espera poder operar voos à Lua e a Marte nos próximos anos – após ter sido lançada aparentemente com sucesso desde as instalações de Boca Rica, no Texas, às 07h02, horário da costa leste dos EUA (13h02 GMT), perdeu contato com o centro de controle, pouco depois da separação do segundo estágio, tendo alcançado uma altitude de 148 quilômetros.

"Perdemos os dados da segunda fase (...) o que acreditamos agora é que o Sistema Automatizado de Terminação de Voo no segundo estágio parece ter disparado muito tarde na ignição", disse John Insprucker, principal engenheiro de integração da



Mais um foguete de Elon Musk que explode

SpaceX, em um webcast.

Ou seja, explodiu. O primeiro lançamento da espaçonave ocorreu em abril de 2023 e fracassou: a Starship iniciou uma rotação descontrolada poucos minutos após o lançamento e foi destruída.

A Administração Federal de Aviação dos EUA (FAA) identificou "múltiplas causas" do incidente e indicou mais de 60 "medidas corretivas" para a empresa de Musk evitar um segundo acidente que acabou acontecendo.

De acordo com a SpaceX, nos últimos meses os engenheiros da empresa fizeram mais de mil melhorias no sistema

Starship e Super Heavy.

Parece que vão ter que se esforçar um pouco mais.

Em setembro, o bilionário havia filosofado, pelo X (antigo Twitter), de que também é dono, sobre a relação entre a monopolização e a "consciência multiplanetária".

Com base no plano de lançamento do Falcon [o principal lançador da SpaceX] para o próximo ano, asseverou Musk, "a SpaceX enviará para órbita da Terra ~ 90% de toda a carga útil. Starship levará isso para >99% nos anos futuros. Essas magnitudes são loucuras a considerar, mas necessárias para tornar a consciência multiplanetária."

"São seis semanas de total desrespeito à lei humanitária internacional", denunciou o comissário da ONU para refugiados palestinos

O comissário-geral da agência da ONU para os refugiados palestinos, Philippe Lazarini, advertiu que o mundo está testemunhando "o maior deslocamento de palestinos desde 1948, um exodo à vista de todos".

Em entrevista na quinta-feira (16), ele descreveu a escala de destruição e perdas perpetrada em Gaza pelas forças de ocupação israelenses como "assombrosa".

Têm sido – ele acrescentou – "seis semanas de total desrespeito à lei humanitária internacional à vista de todos".

"Um rio de gente sendo forçada a fugir de seus lares. Alguns deles forçados a reviver o indizível trauma do passado, na maior parte não curado. E outros, a geração mais jovem, forçados a passar pelos traumas de seus ancestrais e pais."

EXAUSTOS

Lazarini denunciou que esta semana sua equipe reportou gente chegando "após horas e horas de caminhar". Fisicamente esgotados, vindo da Cidade de Gaza para o sul.

Estão "degradados, famintos, exaustos e sob choque das bombas", ele assinalou. Muitos estão apenas perguntando "o que vem a seguir, aonde eu vou agora".

Lazarini alertou ainda que, diferentemente de outros conflitos globais nos anos recentes, a população de Gaza está

"Cessar-fogo já. A urgência é salvar vidas", conclamou representante palestino na ONU

"A matança de palestinos tem que acabar", proclamou Ryad Mansour, ao falar no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas. "A urgência é salvar vidas, acabar com a matança, acabar com o deslocamento forçado, permitir a entrada de ajuda humanitária e garantir o acesso humanitário, proteger os civis e a infraestrutura civil", proclamou Ryad Mansour.

Alertando que "aquilo que está acontecendo terá efeitos a longo prazo que ninguém deve subestimar", Mansour conclamou os representantes dos países com assento no CS da ONU a "parar de fingir que não ouvimos o que esse governo [de Israel] está dizendo".

"Seu plano", advertiu, "é a contínua desapropriação, deslocamento e negação dos direitos do povo palestino. Para completar a Nakba [referindo-se ao que os palestinos chamam de 'Catástrofe', o deslocamento sob bala e terror; de quase um milhão de palestinos de seus lares e aldeias]".

"Essa loucura deve acabar", enfatizou, assinalando que o plano de Israel por mais ocupação, agora em Gaza, sob o deslocamento forçado de mais de um milhão de palestinos, foi revelado em abertas declarações, memorandos vazados, discursos no Knesset, parlamento de Israel, e artigos de opinião.

Ryad Mansour, falou durante a votação da primeira proposta de resolução aprovada no CS da ONU, no dia 15, depois de cinco tentativas frustradas pelo veto sistemático dos Estados Unidos.

A resolução que pede pausas no bombardeio por períodos prolongados e segundas da entrada de ajuda humanitária aos palestinos sob cerco em Gaza, foi aprovada por 12 votos a favor e três abstenções (EUA, Inglaterra e Rússia). Ryad afirmou adina que o Conselho de Segurança já deveria ter convocado um cessar-fogo. O Conselho "deveria ter atendido ao apelo da ONU e de todas as organizações humanitárias da Terra que apelam a um

encurralado em um enclave de 365 quilômetros quadrados sem nenhum caminho de saída, nenhuma fronteira a ser atravessada, em um enclave que encolheu pela metade.

EXPULSÃO DOS LARES

Nos dias recentes, seja pela presença física dos milhares de soldados israelenses, neste momento ocupando trechos da Faixa de Gaza, notadamente em sua região norte, seja pelas declarações de ministros fanáticos, afirmando que Israel não deve permitir o retorno das famílias forçadas ao exodo aos seus lares de até algumas semanas atrás ou ainda pela troca de correspondências vazada pela imprensa israelense onde a expulsão dos palestinos da Faixa de Gaza e dos lares onde viviam até algumas semanas atrás, é abertamente recomendada, com 1,1 milhão de palestinos forçados a sair de Gaza e passarem a morar cidades de tendas no vizinho e egípcio deserto de Sinai.

A expulsão de pacientes do hospital Al Shifa, em cadeiras de rodas e sob a mira de fuzis e metralhadoras não parece ter outra função que não seja aterrorizar os palestinos e instar a seu deslocamento forçado. Outros organismos da ONU, a exemplo da Unicef e do Comissariado de Direitos Humanos também se manifestando condenando as atrocidades cometidas por Israel contra civis.

"Queremos salvar vidas", assegurou o representante palestino após a votação do projeto apresentado pela missão de Malta. "Esta resolução é um pequeno passo na direção certa, um pequeno passo em direção a um cessar-fogo, queremos um cessar-fogo. Não cederemos, não pararemos até vermos o cumprimento das resoluções e o fim dos ataques bárbaros israelenses", pontuou.

"A manutenção da agressão israelense, determinou o palestino, "é um fracasso da humanidade de magnitude terrível".

"O Conselho está finalmente agindo hoje sobre uma resolução humanitária centrada nas crianças", disse sobre a resolução.

Porém, os problemas, de longe, não param nesses pontos e Mansour enumerou alguns dos que faltam ser incluídos no projeto aprovado: "Se vamos falar das condenações que faltam na resolução, permitam-me que lhes lembre as seguintes: a resolução não condenou os métodos racistas e repugnantes de propaganda israelense ridicularizados em todo o mundo e que constituem um insulto à nossa inteligência. Não condenou a prisão arbitrária de milhares de palestinos, homens, mulheres e crianças, nem apelou à sua libertação imediata e incondicional. Não condenou o ataque a hospitais e escolas. Não condenou o assassinato, por parte de Israel, de funcionários da ONU, jornalistas, pessoal humanitário, médicos, equipes de resgate. A resolução não condenou o assassinato por parte de Israel de mais 11.000 palestinos, na sua maioria civis, incluindo 5.000 crianças palestinas. Não condenou os ataques indiscriminados de Israel contra civis".



Funcionário da ONU avalia a devastação após bombardeio à escola Al Fakhoura

Ataque israelense a escola da ONU matou “dezenas de palestinos enquanto dormiam”

Dezenas de palestinos morreram ou ficaram feridos em ataque aéreo israelense contra duas escolas da ONU em Gaza, em que se aglomeravam milhares de civis, escorraçados de suas casas pelas bombas israelenses, registrou a Al Jazeera.

“Horrendo e estarrecedor”, denunciou a agência de notícias do Qatar, expondo mais esse crime de guerra israelense na escola Al Jakhoura, no campo de refugiados de Jabalia, no norte do enclave. A outra escola da ONU atacada fica em Tal Al Zataar.

Segundo o portal libanês Al Mayadeen, o bombardeio foi durante a noite, “matando dezenas de palestinos enquanto dormiam”.

De acordo com o ministro palestino da Saúde, Mai Al Kaila, o número de mártires no bombardeio israelense à Escola Al Fakhoura chega a 200.

Pontes médicas palestinas e locais disseram à agência turca de notícias Anadolu que “os corpos dos mártires cobrem os corredores da escola”, observando a dificuldade de evacuar os feridos e mortos do prédio, no qual milhares de civis deslocados estavam abrigados.

Em um comunicado reproduzido pela Anadolu, o ministério das Relações Externas palestino disse: “Condenamos nos termos mais fortes os contínuos massacres em massa cometidos pelas forças de ocupação contra civis palestinos na Faixa de Gaza, o mais recente dos quais foi o hediondo massacre na Escola Al-Fakhoura, lotado de deslocados à força”.

“Consideramos esta uma nova evidência que prova que a guerra declarada de Israel contra civis palestinos visa esvaziar toda a área do norte da Faixa de Gaza de qualquer presença palestina.”

“Com este massacre, que teve como alvo uma escola da UNRWA [agência da ONU para os refugiados palestinos], a ocupação insulta a comunidade internacional e as Nações Unidas, e menospreza todas as demandas internacionais ineficazes que pedem a proteção dos civis.”

Também o diretor-geral da agência da ONU para os refugiados palestinos, órgão que administra a escola bombardeada, manifestou seu repúdio.

“Recebemos imagens e vídeos horripilantes de dezenas de pessoas mortas e feridas em outra escola da UNRWA, que abriga milhares de deslocados no norte da Faixa de Gaza. Esses ataques não podem se tornar comuns; devem cessar. Um cessar-fogo humanitário não pode esperar mais”, disse Philippe Lazzarini em uma mensagem no Twitter.

Leia mais no site do HP

Protestos de judeus por cessar-fogo se estendem a Boston, L. Angeles e Chicago

Como já visto em Nova Iorque e na capital Washington, os protestos de comunidades judaicas que repudiam o genocídio em curso em Gaza e exigem um cessar-fogo imediato vêm se espalhando pelos EUA, chegando a Chicago, Los Angeles e Boston.

Na quinta-feira (16) dezenas de manifestantes, convocados pelos grupos Jewish Voice for Peace e IfNotNow, entre outros, bloquearam pela manhã a ponte da Universidade de Boston, na costa leste, que liga a cidade com Cambridge.

“Vemos o que está acontecendo com o povo de Gaza: sem comida, sem água, sem eletricidade, sem remédios”, diz carta aberta do IfNotNow Boston, endereçada ao presidente Biden e à senadora democrata por Massachusetts, Elizabeth Warren, em especial.

“Cada dia traz mais morte, mais fome, mais crianças perdendo membros, mais bebês ficando órfãos. É insuportável, nossas almas clamam contra isso”.

“Gostaríamos que houvesse uma maneira de parar esta guerra, indo diretamente para os políticos que têm

Leia mais no site do HP

Tropas de Israel obrigam pacientes a deixar hospital Al Shifa de Gaza



Sob mira de armas, pacientes tiveram que sair do hospital Al Shifa (AN)

“Forças externas não podem conter desenvolvimento da China”, adverte Xi

Em paralelo à cúpula da Cooperação Econômica Asia-Pacífico (APEC), em realização em San Francisco, nos Estados Unidos, os presidentes Xi Jinping e Joe Biden se reuniram na quarta-feira (15) para o que jornal chinês Global Times considerou “uma troca de pontos de vista franca e aprofundada sobre questões estratégicas, abrangentes e direcionais relativas às relações China-EUA, bem como questões importantes relativas à paz e ao desenvolvimento mundiais”.

A APEC é integrada por 21 países, entre eles EUA, China, Japão, Rússia, Coreia do Sul, Austrália, Canadá, Indonésia, México, Chile, Singapura e Vietnã.

As principais medidas decididas pela cúpula China-EUA foram o restabelecimento dos canais de comunicação na esfera de defesa entre os dois lados, que estavam suspensos desde agosto do ano passado, a intensificação da cooperação para o enfrentamento da crise climática e a realização de negociações sobre a Inteligência Artificial (AI).

Atendendo a um pleito de Washington, foi constituído um grupo de discussão bilateral sobre o problema das drogas, mais propriamente, como interagir diante da crise do fentanil nos EUA. Também vão ser retomados em maior escala os voos entre os dois países.

De acordo com relatos da mídia, Biden disse as negociações estavam “indo bem” e acrescentou nas redes sociais que “progressos reais” foram feitos. A reunião durou aproximadamente duas horas.

UM ANO DE PROVOCAÇÕES

A cúpula anterior Xi-Biden havia sido em Bali, na Indonésia, em 2022, seguida por enormes perturbações nas relações bilaterais. Da visita da então presidente da Câmara dos deputados, Nancy Pelosi, a Taiwan, passando

Fascistas israelenses explodem Parlamento em Gaza

O prédio do Parlamento palestino na cidade de Gaza, já ocupado pelo invasor desde segunda-feira (13), foi explodido na quarta-feira (15) pelos israelenses, no que o primeiro-ministro e comandante-em-chefe do genocídio, Benjamin Netanyahu, disse provar “não haver nenhum lugar em Gaza que não possamos alcançar”.

A única coisa que a demolição do prédio do parlamento mostrou é que, em sua sã, o regime israelense não quer admitir qualquer limite para sua psicopatia, já que os poderes institucionais de qualquer povo costumam ser minimamente respeitados, inclusive para evitar que as próprias instituições do outro lado sejam, também, alvo.

Uma norma mínima de civilidade que, para Netanyahu, é um empecilho incômodo a ser esmagado.

Aliás, no centro do império,



Presidente Xi Jinping em visita aos Estados Unidos

pelas provocações com navios de guerra dos EUA no Mar do Sul da China, ao agravamento da guerra de Washington contra o desenvolvimento da alta tecnologia pela China, desencadeada por Trump e mantida por Biden, mais a psicose que grassou nos EUA sobre o ‘balão-espião’.

As possibilidades da cúpula de San Francisco também estavam, a rigor, delimitadas por duas eleições no próximo ano. Uma, a busca pela reeleição por Biden, a quem a ‘alternativa’ é Trump, ainda mais raivosamente antichinês. A outra, a eleição a presidente de Taiwan; a oposição pró-China anunciou a disposição de concorrer com um único candidato para derrotar a separatista pró-ianque.

Ele chamou a ver as relações China-EUA sob esse grande pano de fundo, apontando que China e EUA não podem se voltar um contra o outro e é irrealista tentar mudar o outro. As consequências do conflito e do confronto seriam insuportáveis, enfatizou Xi.

O presidente chinês reiterou que a competição de grandes potências “não resolverá os problemas que

a China, os EUA e o mundo enfrentam. Este planeta é grande o suficiente para a China e os EUA. O sucesso de cada um é uma oportunidade para o outro.”

Em Bali, o lado americano asseverou – segundo analistas, com língua bifurcada – que não busca mudar o sistema da China, não busca uma “nova Guerra Fria”, não busca se opor à China fortalecendo alianças, não apoia a “independência de Taiwan” e não tem intenção de ter conflito com a China.

Sobre a guerra tecnológica que Washington vem movendo contra a China, o presidente Xi destacou que a implementação contínua dos EUA de medidas de controle de exportação, revisões de investimentos e sanções unilaterais prejudicaram gravemente os interesses legítimos da China.

Suprimir a tecnologia da China – ele acrescentou, conforme o Global Times – visa conter seu desenvolvimento de alta qualidade e privar o povo chinês de seu direito ao desenvolvimento.

Xi disse ainda que o crescimento da China segue sua própria lógica interna, que não pode ser interrompida por forças externas.

Leia mais no site do HP

“Os familiares foram forçados a carregar seus filhos feridos e obrigados a levantar bandeiras brancas enquanto passavam em fila no meio de tanques e tropas. São cenas horríveis, sem precedentes”, denunciaram médicos palestinos.

Sob a mira de armas, o exército de ocupação israelense forçou no sábado (18) centenas de pacientes e a maior parte das equipes médicas a evacuarem o hospital Al Shifa, o maior e mais moderno de Gaza, tomado na quarta-feira, depois de cinco dias de ataques e cerco.

Na quinta-feira, o exército ocupante havia realizado uma encenação no Al Shifa, exibindo meia dúzia de armas plantadas, na pretensão de “provar” que o hospital era o comando central do Hamas, uma coisa tão mal feita, que mereceu reparos desde a BBC até o Jerusalem Post, que classificou a coisa toda de “anticlímax”.

Os pacientes palestinos, o pessoal médico e os abrigados no Al Shifa foram obrigados a levantar bandeiras brancas enquanto caminhavam entre uma fila com tanques e soldados israelenses de ambos os lados, denunciou à Al Jazeera Munir Al Barsh, diretor-geral do Ministério da Saúde palestino.

“Os familiares foram forçados a carregar seus filhos feridos ou os próprios pais”, ele acrescentou. Quem pôde, foi levado de cadeira de rodas ou leito com rodinhas. “São cenas horríveis, sem precedentes.”

Ismail al-Thawabta, porta-voz do escritório de mídia palestino em Gaza, disse que o exército israelense expulsou mais de 500 feridos e pacientes sob a mira de armas. “O Hospital Al-Shifa se transformou em um campo de detenção, um centro de interrogatório, um quartel militar e vala comum”, disse ele.

Um correspondente da agência de notícias do Qatar assinalou que as forças israelenses não forneceram às pessoas que evacuavam à força nenhum meio de transporte, combustível para ambulâncias ou carros para transferir pacientes. “Portanto, esperavam que as pessoas fugissem a pé”, disse Youmna El Sayed.

HUMILHAÇÃO

O diretor-geral dos hospitais de Gaza, Mohammed Zaout, disse à Al Jazeera que a direção do Al Shifa recebeu a ordem do exército israelense de “evacuar dentro de uma hora” às 8h [hora local], por uma rota onde – ele sublinhou – “corpos carbonizados” estavam espalhados pela rua.

Al Barsh relatou que o exército israelense exigiu que os que saíam acenassem com um lenço branco e andassem em uma única fila. “Eles foram humilhados por soldados ao longo de toda a estrada”.

Segundo os médicos do Al Shifa forçados a deixar o hospital, a tropa de ocupação ordenou que as pessoas caminhassem pela rua Al Rashid, não pela rota habitual que as pessoas que vão para o sul devem tomar – a rua Salah al-Din.

Zaout repudiou as alegações do comando israelense de que “não ordenara” a evacuação, o que rechaçou “categoricamente”. “Estou dizendo a vocês, fomos forçados a sair sob a mira de uma arma.”

Só ficaram no hospital “pacientes que não podem se mover; amputados e aqueles com condições críticas”, além de um punhado de médicos e auxiliares, disse Muhammad Abu Salmiya, diretor do Hospital al-Shifa.

Por volta do meio-dia, restavam 120 pacientes gravemente doentes no hospital, incluindo bebês prematuros. “O hospital, agora, é uma casa fantasma no sentido literal da

palavra”, disse ele.

A AFP confirmou que um de seus jornalistas, no hospital, ouviu a ordem de evacuação pelos autofalantes. Al Barsh estava entre os forçados a sair e caminhou pelo menos dois quilômetros para continuar seu trabalho.

“A evacuação de Al Shifa aprofunda a catástrofe humanitária e ambiental que Gaza enfrenta”, denunciou, desde Ramallah, a Autoridade Palestina. As ações de Israel representam “outra faceta hedionda dos crimes de limpeza étnica e genocídio cometidos pelas forças de ocupação contra os palestinos”.

Porta-voz do Hamas, em Beirute, Osama Hamdan, chamou a evacuação forçada do maior hospital de Gaza de “mais um episódio de uma série de crimes israelenses” contra palestinos. O Hamas também responsabilizou o governo Biden e outros cúmplices de Israel pelos crimes cometidos no Al Shifa. “Rejeitamos veementemente o plano de deslocamento do inimigo, e centenas de milhares de nosso povo ainda estão no norte da Faixa de Gaza”.

Ismail al-Thawabta, diretor-geral do escritório de mídia do governo em Gaza, disse que o exército israelense expulsou mais de 500 feridos e pacientes sob a mira de armas. “O Hospital Al-Shifa se transformou em um campo de detenção, um centro de interrogatório, um quartel militar e vala comum”, disse ele.

BEBÊS PREMATUROS

Trinta e um bebês palestinos prematuros foram evacuados do hospital Al-Shifa, na Cidade de Gaza, que a Organização Mundial da Saúde (OMS) descreveu como uma “zona de morte”. Os bebês foram levados para um hospital na cidade de Rafah, no sul do território, perto da fronteira com o Egito.

Segundo registrara o correspondente da Al Jazeera El Sayed, originalmente eram 39 bebês que ficaram sem incubadoras, por causa da falta de eletricidade e oxigênio. “Quatro morreram na noite de sexta-feira e cinco estão gravemente doentes agora”.

A invasão do hospital foi repudiada pelo secretário da ONU para Assuntos Humanitários, Martin Griffiths, que se disse “horrorizado”. “É inaceitável tornar o Al Shifa em campo de batalha”, ele sublinhou. Nas instalações do Al Shifa estavam abrigados cerca de 7 mil palestinos expulsos de seus lares.

“É um crime de guerra. Um crime de guerra completo”, disse o diretor do Al Shifa, Muhammed Abu Salmiya.

Como relatou um funcionário do hospital, assim que invadiram o complexo hospitalar com tanques, os israelenses exigiram que todos os indivíduos com mais de 16 anos se rendessem e fossem revistados. “As forças israelenses levaram os homens detidos nus e com os olhos vendados”, relatou um funcionário do hospital. Os israelenses, ele acrescentou, “não trouxeram ajuda ou suprimentos, só trouxeram terror e morte.”

Mesmo antes da invasão, sob o cerco militar, o corte de combustível, eletricidade, remédios, comida e água, a situação no Al Shifa era terrível, com operações tendo de ser feitas sem anestesia e o cheiro da morte tomando conta do hospital.

Na terça-feira, havia sido preciso cavar uma vala comum no pátio enterrar mais de uma centena de corpos mortos.

Leia a íntegra no site do HP

Graciliano Ramos, a literatura e a língua literária nacional - (2)

Não é difícil perceber, pela obra de Graciliano, o que o conduziu ao comunismo. A propriedade torna os protagonistas dos três primeiros livros repugnantes – ou, quando não, infelizes e desgraçados. A falta de propriedade – essa característica do povo em geral no atual estágio de nossa História – torna Fabiano e sua família simpáticos. Para estes, não existe derrota (...)

CARLOS LOPES

É lastimável que Álvaro Lins não tenha conseguido realizar sua intenção de examinar a obra de Graciliano do ponto de vista do marxismo (em nota ao terceiro ensaio que dedicou à obra do escritor alagoano, explica Lins: “Este Autor projetara – e nisto estava interessado o próprio romancista – realizar um estudo de interpretação da obra de Graciliano Ramos sob o ponto de vista do marxismo, aproveitando a circunstância de ter-se inscrito ele, dois anos antes, como membro do Partido Comunista. Todavia, isto se tornou impossível, em realidade ética, porque no momento em que apareceram os seus livros em conjunto, e quando, consequentemente, preparei este ensaio – julho de 1947 – os comunistas brasileiros estavam sendo objeto de uma perseguição policial zoológicamente feroz e brutal por parte do governo do marechal Dutra. Um governo que deve ficar caracterizado pelos intelectuais – e para vergonha e anátema de quem nele ocupou cargos e posições – como o mais violento, o mais grosseiro e o mais desonesto de todos os governos republicanos”).

Assim, a questão da propriedade, decisiva na obra de Graciliano Ramos, não foi abordada com a ênfase necessária na copiosa bibliografia sobre o autor.

Pois, o livro que seguiu a S. Bernardo, é mais uma metamorfose, em matéria romanesca e psicológica, da questão da propriedade.

O Luís da Silva de Angústia (1936) é um rebento de relações de propriedade decadentes, assim como Julião Tavares (e o Paulo Honório do livro anterior) é uma expressão das relações de propriedade em ascensão.

O romance é a história de um crime, um delírio circular que começa – o livro – quando termina. Mas nós não temos certeza de que o crime se realizou ou se Luís da Silva, esse fracassado, o alucinou.

Isso não tem importância, assim como não há importância se a traição de Capitu, em Dom Casmurro (1899), de Machado de Assis, é real ou passa-se na cabeça de Bentinho.

Para todos os efeitos, o enforcamento de Julião Tavares aconteceu, porque ele aconteceu para Luís da Silva. O estranho é que Marina, o móvel do crime, parece não ter existência real, não parece ser uma pessoa. É como se fosse uma... propriedade, uma coisa, que passa de Luís da Silva para Julião Tavares e outra vez para Luís da Silva, e sempre em função das relações de propriedade, minguentes no caso de um, crescentes no caso de outro.

A psicologia dos personagens – Paulo Honório, Luís da Silva, e, inclusive, João Valério – existe, mas sempre expressando uma base material.

Angústia é considerado por muitos a obra-prima de Graciliano. O fato de ser publicado quando o autor encontrava-se na cadeia, fez do livro quase uma lenda. No entanto, a julgar por um comentário em Memórias do Cárcere (1953), é pouco provável que esse fosse o julgamento de Graciliano:

“Alguns capítulos não me pareciam muito ruins, e isto fazia que os defeitos medonhos avultassem. O meu Luís da Silva era um falastrão, vivia a badalar à toa reminiscências da infância, vendo cordas em toda a parte. Aquele assassinato, realizado em vinte e sete dias de esforço, com razoável gasto de café e aguar-



dente, dava-me impressão de falsidade. Realmente eu era um assassino bem chinfrim. O delírio final se atamancara numa noite, e fervilhava de redundâncias. Enfim não era impossível canalizar esses derramamentos. O diabo era que no livro abundavam desconexões, talvez irremediáveis” (v. Graciliano Ramos, Memórias do Cárcere, vol. I, 21ª ed., Record, 1986, p. 42).

Em carta a Antonio Candido, datada de 12 de novembro de 1945, Graciliano foi ainda mais rigoroso:

“... Sempre achei absurdos os elogios concedidos a este livro, e alguns, verdadeiros disparates, me exasperaram, pois nunca tive semelhança com Dostoiévski nem com outros gigantes. (...)

“Por que é que Angústia saiu ruim? Diversas pessoas procuraram razões, que não me satisfizeram. Olívio Montenegro usou frases ingênuas e pedantes, misturando ética e estética. João Gaspar Simões afirmou que o americano é incapaz de introspecção – e com esta premissa arrastou-me. Veja só. Nada há mais falso que um silogismo. Álvaro Lins veio com aquele negócio de tempo metafísico. Mas isso diz pouco, não é verdade? Se eu constituísse uma exceção à regra de João Gaspar Simões e contentasse Olívio Montenegro e Álvaro Lins, Angústia não deixaria de ser um mau livro, apesar de haver nele páginas legíveis.

“Por que é mau? Devemos afastar a ideia de o terem prejudicado as reminiscências pessoais, que não prejudicaram Infância, como v. afirma. Pego-me a esta razão, velha e clara: Angústia é um livro mal escrito. Foi isto que o desgraçou. Ao reeditá-lo, fiz uma leitura atenta e percebi os defeitos horríveis: muita repetição desnecessária, um divagar maluco em torno de coisinhas bestas, desequilíbrio, excessiva gordura enfim, as partes corruptíveis tão bem examinadas no seu terceiro artigo. É preciso dizermos isto e até exagerarmos as falhas: de outro modo o nosso trabalho seria inútil.

(...) “Naturalmente seria indispensável recompor tudo, suprimir excessências, cortar pelo menos a quarta parte da narrativa. A cadeia impediu-me essa operação. A 3 de março de 1936 dei o manuscrito à datilógrafa e no mesmo dia fui preso. Nos longos meses de viagens obrigatórias supus que a polícia me houvesse abafado esse material perigoso. Isto não aconteceu – e o romance foi publicado em agosto. Achava-me então na sala da capela. Não se conferiu a cópia com o original. Imagine. E a revisão preencheu as lacunas metendo horrores na história. Só muito mais tarde os vi. Um assunto bom sacrificado, foi o que me pareceu.

“Esta explicação tem apenas o fim de exibir-lhe o prazer que me causou o seu juízo. Quando um modernista retardatário e pouco exigente me vem seringar amabilidades a Angústia, digo sempre: – ‘Nada impede que seja um livro pessimamente escrito. Seria preciso fazê-lo de novo.’” (cf. Antonio Candido, Ficção e Confissão – Ensaios sobre Gra-



ciliano Ramos, 3ª edição, Ouro sobre Azul, 2006, pp. 10-11).

Apesar disso – apesar do julgamento do autor – o romance foi um sucesso impressionante, ainda que de crítica mais que de público. Não sabemos qual foi a influência desse sucesso na liberação de Graciliano da prisão, mas supõe-se que tenha existido (sabe-se que José Lins do Rego, amigo de Graciliano, falou com o então presidente Getúlio Vargas sobre o caso, após o que ele foi liberado. Sobre os motivos da prisão, Álvaro Lins lembrou, em um dos ensaios reunidos sob o título geral Valores e Misérias das Vidas Secas: “Viu-se preso e violentado Graciliano Ramos como objeto de especial perseguição do general Newton Cavalcanti, uma espécie de guarda de campo de concentração nazi-fascista, em quem, todavia, apuseram no Brasil, como em alguns outros de igual feitio e mentalidade no Exército, Marinha e Aeronáutica, os bordados das mais altas patentes militares”).

Não repassaremos, aqui, os argumentos dos principais ensaios sobre a obra de Graciliano – os de Álvaro Lins, Otto Maria Carpeaux e Antonio Candido.

Faremos apenas algumas anotações sobre o último romance (ou “novela”) do autor, Vidas Secas (1938).

Ao contrário dos protagonistas de Caetés, S. Bernardo e Angústia, Fabiano e sua família (incluída a cachorra Baleia) são personagens simpáticos, que resistem à seca, à desigualdade e à injustiça, ainda que ao seu modo, sobretudo inconsciente.

Eles não têm qualquer propriedade – e essa negatividade os define como seres humanos. Têm de viver na propriedade alheia e nem uma cama decente. Sinha Vitória tem para dormir (muitos anos depois, no início do primeiro governo Arraes, em Pernambuco, os camponeses ainda tinham, somente, para dormir, a mesma cama de varas referida várias vezes por Graciliano em Vidas Secas).

Ao contrário dos livros anteriores, este não é escrito na primeira pessoa. E seus capítulos constituem contos separados, aliás, magistrais. Juntos, entretanto, formam um romance ou uma novela.

Apesar da terrível tragédia que afeta os personagens, é um livro otimista – o ser humano não está submetido à propriedade, apesar de atingido violentamente por ela. Daí o seu final, quando a seca os persegue outra vez e a família de Fabiano é obrigada a se mudar, também outra vez:

“Pouco a pouco uma vida nova, ainda confusa, se foi esboçando. Acomodar-se-iam num sítio pequeno, o que parecia difícil a Fabiano, criado solto no mato. Cultivariam um pedaço de terra. Mudar-se-iam depois para uma cidade, e os meninos frequentariam escolas, seriam diferentes deles. Sinha Vitória esquentava-se. Fabiano ria, tinha desejo de esfregar as mãos agarradas à boca

do saco e à coronha da espingarda de perdeira.

“Não sentia a espingarda, o saco, as pedras miúdas que lhe entravam nas alpercatas, o cheiro de carniças que empestavam o caminho. As palavras de Sinha Vitória encantavam-no. Iriam para diante, não sabia como ela era nem onde era. Repetia docilmente as palavras de Sinha Vitória, as palavras que Sinha Vitória murmurava porque tinha confiança nele. E andavam para o sul, metidos naquele sonho. Uma cidade grande, cheia de pessoas fortes. Os meninos em escolas, aprendendo coisas difíceis e necessárias. Eles dois velhinhos, acabando-se como uns cachorros, inuteis, acabando-se como Baleia. Que iriam fazer? Retardaram-se, temerosos. Chegariam a uma terra desconhecida e civilizada, ficariam presos nela. E o sertão continuaria a mandar gente para lá. O sertão mandaria para a cidade homens fortes, brutos, como Fabiano, Sinha Vitória e os dois meninos.”

Não é difícil perceber, pela obra de Graciliano, o que o conduziu ao comunismo. A propriedade torna os protagonistas dos três primeiros livros repugnantes – ou, quando não, infelizes e desgraçados. A falta de propriedade – essa característica do povo em geral no atual estágio de nossa História – torna Fabiano e sua família simpáticos. Para estes, não existe derrota. Mesmo quando a seca chega outra vez, existe o sul do país, para onde eles, com esperança, se deslocam.

Essa é a diferença de Vidas Secas para as obras anteriores de Graciliano: nele, existe esperança.

Seria um grande final para uma obra literária, mas restam os livros de memórias. Alguns apontaram que, neles, está a chave da obra romanesca de Graciliano. Em especial no livro Infância (1945).

“Creio que este é o mais bem escrito de todos os seus livros. Percebe-se aqui o apuro do trabalho de composição e estilo, o seguro artesanato literário. A segura, a frieza dessas impressões de infância encontra a devida correspondência no seu estilo sóbrio, ascético, livre de adornos. A prosa do Sr. Graciliano Ramos é moderna, no seu aspecto desnudado, no vocabulário, no gosto das palavras e das construções sintáticas, e é clássica pela correção, pelo tom como que hierático das frases. O que a valoriza propriamente não é a beleza, no sentido hedonístico da palavra, mas a sua precisão, a sua capacidade de transmitir sensações e impressões com um mínimo de metáforas e imagens, quase só com o jogo e o atrito de vocábulos, principalmente de adjetivos” (Álvaro Lins, Valores e Misérias das Vidas Secas, republicado em Os Mortos de Sobrecasaca, Civilização Brasileira, 1963, p. 157).

Este ensaio foi publicado pela

O escritor alagoano Graciliano Ramos

primeira vez em 1945, quando Graciliano já completara a sua obra romanesca. No entanto, o crítico, dos mais argutos da sua época, afirma, e com razão, “que este é o mais bem escrito de todos os seus livros”.

E sobre o seu conteúdo: “No mundo infantil do Sr. Graciliano Ramos a injustiça se erguia no horror dessa divisão: de um lado, crianças submissas e maltratadas, do outro lado, adultos, cruéis e despóticos. Pais, mães, mestres, todos os adultos pareciam dotados da missão particular de oprimir as crianças. Um mundo intolerável de castigos, privações e vergonhas. Uma ou outra exceção, que atravessa de leve essas recordações, não chega a partir a unidade na fisionomia de infortúnio e desolação. Toma quase que o aspecto de uma figura do outro mundo a professora Maria, com a voz suave, com seus impulsos de ternura, que por isso mesmo tanto surpreendeu a princípio o menino Graciliano Ramos, já acostumado, em casa, com o tratamento de ‘bolos, chicotadas, cocorotes, puxões de orelhas’. A professora Maria, porém, é um episódio que logo desaparece; a realidade que fica é a da professora Maria do Ó, quase sádica no tratamento impiedoso dado à menina Adelaide. É o que foi o espetáculo da infância desgraçada, para a visão do Sr. Graciliano Ramos, vê-se no capítulo comovente ‘A Criança Infeliz’, um dos últimos do livro” (idem, p. 155).

Ainda aqui, a questão da propriedade – a relação dos adultos com as crianças, contaminadas inevitavelmente pelo sentimento de propriedade de uns em relação às outras – está no fundo desse ambiente brutal.

Em outro texto, citado acima, frisamos o antimodernismo de Graciliano Ramos, também exposto em O Antimodernista: Graciliano Ramos e 1922 (org. Thiago Mio Salla e Ieda Lebensztayn, Record, 2022). É forçoso observar que, além dos problemas de estilo, os modernistas, socialmente, tinham uma relação diferente com a propriedade.

Resta lembrar que, mesmo antes de publicar o seu primeiro livro, Graciliano já era considerado um dos homens de maior cultura literária do sertão de Alagoas. José Lins do Rego, que viajou a Palmeira dos Índios para, então, conhecê-lo, relatou em 1943:

“O homem que sabia mitologia também entendia de Balzac, de Zola, de Flaubert, de literatura, como se vivesse disto. Soube que era comerciante, que tinha família grande, que era ateu, que estivera no Rio, que fizera sonetos, que sabia inglês, francês, que falava italiano” (cf. José Lins do Rego, O mestre Graciliano, in Poesia e Vida, 1945, rep. O Cravo de Mozart é Eterno, José Olympio, 2004, p. 35).

Isso também aparece nas cartas de Graciliano anteriores ao primeiro livro, principalmente naquelas dirigidas a Joaquim Pinto da Mota Lima Filho, irmão do futuro jornalista e dirigente comunista Pedro Mota Lima, falecido, em 1966, na Tcheco-Eslôvaquia, em desastre aéreo.

Ao contrário da lenda, que sempre o apresenta como um homem amargo, não era destituído de humor. Apesar de considerá-lo um pessimista, na lembrança de Otto Maria Carpeaux:

“É grande e saboroso seu anedotário a respeito. Cumprimentei-o certa vez: ‘Bom dia, Graça’. E ele me respondeu: ‘Você acha?’. Implacável para consigo mesmo, tem o direito de o ser também quanto aos outros. Quando lhe elogiaram a figura humana de certo escritor mediocre, dizendo: ‘Sua vida foi superior à sua obra’, Graciliano respondeu secamente: ‘Qualquer vida teria sido superior à sua obra’. Mas há casos em que a obra não se pode separar da vida. Em Graciliano Ramos, por exemplo, não sabemos o que é superior: a obra do grande escritor ou a vida do homem admiravelmente decente. É o escritor, o homem, o companheiro e o amigo que saudamos comovidos, no dia do seu sexagésimo aniversário” (cf. Otto Maria Carpeaux, Os sessenta anos de Graciliano

Ramos, Correio da Manhã, 26 de outubro de 1952, in Ieda Lebensztayn, Graciliano Ramos, por Otto Maria Carpeaux: 120 anos, homenagem em dobro, Estudos Avançados 26 (76), 2012).

No entanto, ele mesmo não tinha um julgamento hiperbólico, nem mesmo elogioso, sobre sua obra. Em Moscou, no ano de 1952, perguntaram-lhe qual livro seu poderia ser traduzido em russo. Não conseguiu responder:

“Tinha-me vindo o pensamento de que os meus romances nenhum interesse despertariam àqueles homens: são narrativas de um mundo morto, as minhas personagens comportam-se como duendes. Na sociedade nova ali patente, alegre, de confiança ilimitada em si mesma, lembrava-me da minha gente fusca, triste, e achava-me um anacronismo. Essa ideia, que iria assaltar-me com frequência, não me dava tristeza. Necessário conformar-me: não me havia sido possível trabalhar de maneira diferente: vivendo em sepulturas, ocupara-me em relatar cadáveres” (cf. Graciliano Ramos, Viagem: Tcheco-Eslôvaquia – URSS, 16ª edição, Record, 1986, p. 57).

Sobre Graciliano e seus livros, debruçaram-se grandes ensaístas e críticos da nossa literatura. Podemos dizer que os maiores, entre eles. Porém, a melhor síntese do significado desta obra coube a um historiador literário:

“A mais alta figura da prosa nordestina seria Graciliano Ramos. Nele, realmente, a língua, distanciada dos cacoeetes escandalosos do Modernismo, como dos rigores formais da simples imitação de um classicismo superado, serviria de extraordinário instrumento para elaboração de uma obra de profundo conteúdo humano e social, em que os conflitos individuais e coletivos teriam exata representação. Escritor claro, harmonioso e simples, caracterizado por uma extrema parcimônia verbal, Graciliano Ramos ascendeu a uma mestria raramente encontrada entre nós, deixando uma obra em que se retrata com fidelidade exemplar a vida brasileira do nosso tempo, com os seus dramas e os seus desencontros. Minucioso e exato no traço, reconstituindo a paisagem física muito menos que a paisagem humana, mas mostrando na segunda a influência da primeira, como nos quadros da seca, Graciliano Ramos foi o narrador da decadência de uma classe, no meio nordestino, conseguindo superar, pela sua vigorosa arte literária, tudo o que o regionalismo tem de meramente superficial e externo e o documentário de elementar e limitado, ao mesmo tempo que refletiu, de maneira fiel, o resultado nas pessoas de todo o contraste e de todo o conflito representado pela vida brasileira e de seu tempo. Realizando em altos padrões literários a transposição da realidade para a ficção, Graciliano Ramos não só se destacou como figura inexecidida em sua época, como denunciou o amadurecimento da literatura brasileira, o momento a que ela atingira como expressão nacional de um povo” (Nelson Werneck Sodré, História da Literatura Brasileira, 7ª edição, Difel, 1982, pp. 558-559).

Se substituirmos, na primeira frase, “prosa nordestina” por “prosa nacional” ou “literatura brasileira” – pelo menos em sua época – teremos um retrato perfeito de Graciliano situado em nossa História.

Acima, apontamos as relações de propriedade como a base da obra ficcional de Graciliano Ramos. Ele próprio, ao insistir que os escritores deveriam estudar economia política, expôs a importância que via nessa base, sobre a qual erguia a vida subjetiva, a psicologia, de seus personagens (v. Graciliano Ramos, O fator econômico no romance brasileiro, in Linhas Tortas, 13ª ed., Record, 1986, pp. 253-259).

Mas essa é, exatamente, a questão em que se debate o Brasil, cujas opressoras relações de propriedade internas são condicionadas pela espoliação das relações de propriedade externas, vale dizer, pela subordinação ao imperialismo e suas metrópoles.

O que torna Graciliano, talvez, o mais brasileiro dos nossos escritores.